



Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, realizou-se, pelas quinze horas, no Cinema Charlot – Auditório Municipal, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, João Manuel Martins da Silva, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, Pedro Acácio dos Santos Soares e Manuel Fernando das Neves Rebelo.

Partido Socialista – Maria João Teigas Santos Palma, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

Partido Social Democrata – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa e Silvana Cassaca Parreira Paulino.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa de Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão), Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Paulo Alexandre da Cruz Lopes e Nuno Miguel Oliveira de Carvalho.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Nuno Miguel Batista Lopes, Maria da Graça Santos Andrade e Rui Manuel Higino José, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedido de substituição, Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, José Luís do Rosário Barão, António Manuel Baptista Dias, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha, Manuel Jorge Silva Esteves e Elisabete Maria Martins Cavaleiro, conforme documentos registados sob os n.ºs 5 a 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Maria Helena Crispim Pratas, não se verificou a sua presença, pelo ficou prejudicado a respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben dos Santos Martins Catarino da Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Graciete Maria da Conceição Vasco, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve.

e) **Projeto de ata**

N.º 6/2020 – Sessão ordinária realizada a 24/09/2020

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes na referida sessão.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) **Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo**

Paulo Calado (PPD/PSD) – Serve a presente intervenção para fazer uma evocação: *“O PSD de Setúbal evoca nesta reunião da Assembleia Municipal o desastre de aviação ocorrido em Camarate, no dia 4 de dezembro de 1980, onde perderam a vida Francisco Sá Carneiro, Snu Abecassis, Adelino Amaro da Costa, Maria Manuel Pires, António Patrício Gouveia, Jorge Albuquerque e Alfredo de Sousa. A morte do Primeiro Ministro, Francisco Sá Carneiro, líder do PSD, causou na altura grande consternação e choque e 40 anos depois o seu intempestivo desaparecimento continua a ser recordado e referenciado pelo seu pensamento e ação no desenvolvimento e progresso de Portugal, enquanto democracia, antes e depois de abril de 1974.”*

Quero deixar aqui uma pergunta ao executivo da câmara e ao executivo da União de Freguesias de Setúbal, que se prende com o facto de na zona do Montalvão, numa praceta (se é que podemos chamar assim) por trás da Rua Frei António das Chagas se encontrar um conjunto de entulho e de imóveis em ruínas que causam grande dano, não só à imagem, mas também à salubridade e à higiene pública relativamente aos moradores daquela zona. Julgo que o nome da rua é Rua José Osório de Oliveira, é aquela rua estreita que vai ter à Misericórdia e que fica entre a rua principal do Montalvão, a Rua Frei António das Chagas e a Misericórdia. É um assunto que devia ser tomada em mãos por estas duas autarquias, uma vez que é uma questão até de dignidade da nossa própria cidade, porque aquilo está um verdadeiro desastre.

Suzel Costa (PAN) – O PAN tomou conhecimento que na herdade da Comenda, situada em pleno Parque Natural da Arrábida, em Setúbal, foi instalado recentemente uma vedação em arame laminado perto de alguns portões da entrada para a mesma.

Ora este tipo de arame é uma rede constituída por tiras metálicas com as pontas bastante afiadas e é distinto ainda do arame farpado, utilizado nas vedações por serem ainda muito mais perigoso para os animais, nomeadamente as aves e animais selvagens. Muitos deles ficam feridos e acabam por morrer.

Recentemente, surgiram novas preocupações dos munícipes, é que a colocação do arame laminado ocorreu agora também nos trilhos, sendo um perigo eminente, não só para os animais, mas também para as pessoas que por ali passam.

Também tomámos conhecimento e questionámos até no início do mês de novembro que, junto à estrada nacional de Azeitão, junto ao pavilhão da Associação Empresarial de Setúbal, estavam a ser cortadas várias árvores. Deste modo questionamos o executivo se tem conhecimento e em caso afirmativo se sabe qual foi o motivo do referido abate. É na estrada que vai para Sesimbra.

Por último dizer que nos chegaram, também, denúncias da destruição de abrigos e pontos de alimentação e abeberamento numa colónia de gatos existentes no Forte de São Filipe. Assim, queremos perguntar ao executivo se tem conhecimento desta colónia e deste facto e se a

colónia já está registada junto dos serviços camarários ou se já foi alvo do projeto CED (Captura-Esterilização-Devolução).

Domingos Semedo (PS) – Na Avenida Belo Horizonte, no Forte da Bela Vista, existem dois caixotes do lixo muito mal posicionados, em que as pessoas para despejarem o lixo têm que ficar na estrada, o que constitui um perigo. Gostaríamos que os executivos pudessem passar por lá para verem e para criarem melhores condições.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – A minha pergunta é dirigida ao executivo camarário e prende-se com a preocupação pela venda ambulante na Avenida Professor Bento de Jesus Caraça, junto aos Minipreços. Até frente à própria Junta de Freguesia param lá viaturas a vender produtos hortícolas e também frutas.

Chamo a atenção, porque há necessidade de ser tomada em boa conta para se terminar com este tipo de abusos de venda ambulante ilegal nesta avenida.

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – Na última reunião de câmara foi aprovado uma proposta referente ao concurso público de empreitada para a construção do novo Centro de Saúde de Azeitão.

Há mais de 20 anos que Azeitão reivindicava a construção de um novo Centro de Saúde, quero por isso felicitar e agradecer à Câmara Municipal, porque só o empenho e a determinação da câmara levam a que, finalmente, a construção do novo Centro de Saúde chegue a Azeitão.

Por muitas voltas que alguns tentem dar, a verdade é que se trata de um equipamento que seria da total responsabilidade do Governo Central, quer o atual, quer aqueles que o antecederam, sempre ao longo dos anos foram sucessivamente deixando cair o novo Centro de Saúde de Azeitão.

Este ano o Ministério da Saúde não pode como deixar cair, foi forçado pelo envolvimento e pela determinação da Câmara Municipal. O Governo participa com 900 mil euros, teve a câmara de substituir-se ao Governo Central, porque este não o fazia, e apresentar uma candidatura a fundo perdido de onde virão mais 900 mil euros. Acresce que, mesmo assim, esta verba é insuficiente para a obra orçamentada em 2.244.259,00 euros mais iva. Assim, para que a obra se possa concretizar teve que a câmara assumir do seu próprio orçamento um valor aproximado dos 500 mil euros.

Teve, também, a câmara de desenvolver os projetos do novo centro e assumir, ainda, todo o acompanhamento técnico da obra, custos estes que vão a mais de 100 mil euros. Teve, ainda, a câmara de dar o terreno de 2.500 m², cujo o valor atinge muito mais de uma centena de milhares de euros.

Sem todo este envolvimento e vontade do executivo da câmara o novo Centro de Saúde continuaria a ser a eterna miragem colocada anualmente no orçamento dos Ministérios da Saúde. Sem o esforço da câmara continuaríamos mais um ano à espera.

Em nome dos azeitonenses um obrigado à câmara e particularmente um obrigado ao Sr. Vereador Ricardo Oliveira que tudo fez para chegarmos aqui. Azeitão agradece, Azeitão merece. Muito obrigado.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Venho aqui questionar, não só as assembleias de freguesia da União de Freguesia e de São Sebastião, assim como o próprio executivo. Estamos em 2020 e aqui, quase todos, somos do século passado e os de 20 anos pouco se recordam, mas eu recordo-me que no século passado quando começavam a cair as primeiras chuvas,

começavam-se a limpar as sarjetas, as ruas por causa dos óleos para evitar alguns acidentes de automóvel.

Ou ando distraída, que acho que não é o caso, ou não tem havido essa limpeza. Facto é que já tem havido cheias em Setúbal e isso preocupa-me. Se houve algum tipo de limpeza, agradecia que me dissessem e à bancada do PSD quando foi, em que datas foi e em que zonas foi realizada, mas se não existiu essa limpeza para quando é que estará prevista.

Outro fator muito importante para a bancada do PSD, e aí agradeço à Junta de Freguesia de São Sebastião no seu presidente, porque a bancada do PSD há 20 anos que lutava pelas obras da Rua Camilo Castelo Branco. Não era uma bandeira minha, era uma bandeira do PSD e de quem lá está neste momento. Finalmente as obras começaram, os custos aumentaram, mais uma razão de que o PSD tinha razão na hora certa.

João Fidalgo (PS) – Não me querendo repetir, mas vou debater aqui uma temática que já foi abordada pelo PAN.

Já aqui nesta assembleia foi discutida a aquisição da Herdade da Comenda por particulares e as consequências que a mesma trouxe para todos os setubalenses e azeitonenses. Estes estão habituados a desfrutar de alguns dos espaços que integram a referida herdade. A título de exemplo, referira-se o Parque de Merendas da Comenda, a Capela de São Luís da Serra ou ainda o Moinho que durante décadas foi utilizado pelos escuteiros, não só do concelho, mas de todo o país.

Também na mencionada herdade estão diversos trilhos que são palmilhados, não só pelos munícipes, mas por centenas de visitantes que os utilizam para poderem desfrutar de toda a maravilhosa envolvente que nos rodeia.

Somos agora confrontados com o facto de que vários destes trilhos, alguns deles seculares, terem sido cortados de forma aparentemente abusiva e ilegal com vedações de rede ou mesmo com o arame laminado e era esse, cuja utilização coloca em grande perigo, não só os praticantes das atividades ao ar livre que por ali andam, mas também a variada fauna que abunda naquela zona.

Gostaríamos de saber se o executivo tem conhecimento destes factos e em caso afirmativo, quais as medidas que tomaram ou ponderam tomar de forma a tentar salvaguardar os eventuais direitos dos utilizadores dos referidos trilhos, bem como a segurança de todos.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Há cerca de 10 anos vi com os meus olhos que eram distribuídas habitações sociais que não tinham o mínimo de dignidade. Esta semana apareceu no *facebook* que tinha havido distribuição de habitações sem condições novamente. Pergunto se isto é verdade, porque esta situação não pode acontecer e a câmara como dona do parque de habitação não pode atribuir casas sem condições de habitabilidade.

João Viegas (CDS-PP) – Já aqui foi feita a referência, pela bancada do PSD, ao aniversário da morte, quer de Francisco Sá Carneiro, quer de Adelino Amaro da Costa, e em relação a esta questão recordar que foi aprovado por esta assembleia, há sensivelmente uma década, a atribuição do nome de Adelino Amaro da Costa a uma das ruas de Setúbal.

Como temos a Avenida Álvaro Cunhal, a Avenida José Saramago, enfim, e até conseguimos atribuir o nome de algumas ruas contrariando até o próprio regulamento, pergunto se, ao fim de 10 anos, ainda não foi possível encontrar uma rua com características para poder ser atribuída a Adelino Amaro da Costa.

Ainda gostaria de colocar uma questão relacionada com a intervenção na Avenida dos Ciprestes, com ligação também à Estrada Nacional 10, onde foi feito um conjunto de intervenções e a construção da ciclovía, mas as obras ainda não estão concluídas e a sensação que dá é que estão paradas, o que cria constrangimentos.

Seria importante perceber quando é que está previsto o término daquela obra até por causa da degradação da via e por existir ali alguns riscos até do ponto de vista de circulação rodoviária e da segurança rodoviária.

João Luz (CDU) – Há pouco estava a preparar uma intervenção, mas a que pretendia fazer ficou um bocado condicionada pela intervenção da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão.

A intervenção que quero fazer prende-se com as questões da construção do Centro de Saúde em Azeitão e da necessária saudação à decisão da concretização deste Centro de Saúde e da sua importância para a população de Azeitão.

Sem querer repetir parte do que já foi dito, sublinhar a questão da importância dos investimentos na área da saúde no concelho de Setúbal e do facto de sucessivos governos responsáveis por estas áreas se demitirem das suas responsabilidades, abandonando as populações do concelho.

Há um acordo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a ARSLVT, onde, mais uma vez, se verifica que o que se concretiza é a transferência do ónus e dos custos para o Município com a Administração Central, com o Ministério da Saúde, a aliviar parte substancial das suas responsabilidades.

Neste caso, o terreno é cedido pela Câmara Municipal para a construção, a Câmara Municipal faz a candidatura a fundos comunitários, faz o projeto de especialidade, vai lançar a empreitada, vai geri-la e assegurar os arranjos exteriores e o Governo compromete-se a financiar uma parte, que como já vimos e bem, não chega para fazer face aos custos desta intervenção.

Mais uma vez temos o erário público municipal a ficar responsável por competências que não são suas e mais uma vez somos confrontados com forças políticas neste concelho a festejarem, acho bem que festejem, mas não festejem como sendo obra e realização, porque não é, aliás aquilo é o que se demitiram de fazer aqui no concelho. Esta é a questão de fundo.

Desejo muito que o Partido Socialista saia à rua em Setúbal várias vezes e em vários domínios a festejar decisões do Governo do Partido Socialista sobre investimentos públicos aqui no concelho. Acho que era muito bom para todo o concelho de Setúbal e acho que nos devíamos congratular por isso, mas ver estes episódios em que festejam acontecimentos dos quais se demitiram de concretizar e de que o respetivo Governo se demitiu e atirou para cima do Município a responsabilidade de as concretizar.

Percebemos do ponto de vista político-partidário, percebemos até algum contentamento com a realização da obra, é natural que estejam satisfeitos, mas é incompreensível que nada digam sobre décadas e décadas de atraso. Não são os únicos responsáveis e sabemos bem que partilham responsabilidades com o PSD e com o CDS nessa matéria em relação ao nosso concelho e em casos muito diversos, como a saúde à educação, na própria justiça e por aí fora. Temos défice de investimento público e é interessante ver a forma como depois, no âmbito das redes sociais, no âmbito dos jornais para a comunicação social aparecem a festejar e a única coisa que fizeram foi se declararem incompetentes para as realizar.

Manuel Fernandes (PS) – Não era suposto intervir no período de antes da ordem do dia, mas tendo em conta o andamento deste processo da construção do Centro de Saúde de Azeitão, quero começar por saudar todas as forças e as sinergias que foram feitas e conseguidas para

que esta obra seja uma realidade e que vá servir a população, não só de Azeitão, mas também a população das áreas limítrofes. Nesse sentido gostaria de congratular-me com o acordo conseguido entre a Câmara Municipal de Setúbal, a ARS e o Ministério da Saúde.

O que tem sido dito até agora, nesta sala, dá entender que a intervenção é exclusiva da Câmara Municipal. Obviamente que nos devemos congratular que a câmara fez a sua parte e, obviamente, que foi decisiva, mas não podemos deixar de perceber que se fosse apenas com a intervenção da Câmara Municipal, então esse Centro de Saúde de Azeitão já estaria feito há muito tempo e só agora vai ser realidade. Só agora houve uma decisão política do Governo que está em funções, que é o Governo do Partido Socialista e que só agora é que houve condições para fazer esse acordo e para que este investimento viesse à realidade e fosse levado à prática.

Também devo recordar as próprias palavras da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, a qual há um mês atrás dizia para a comunicação social que estes novos Centros de Saúde deviam ficar exclusivamente dependentes do empenho do Governo. Ora se ficam exclusivamente dependentes do empenho do Governo e se só agora é uma realidade, então não podemos dizer que foi apenas a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia que contribuíram para a solução, obviamente que falta aqui o tal exclusivo empenho do Governo para que esta fosse uma realidade. Parabéns a todos!

Paulo Calado (PPD/PSD) – É um ponto de ordem, exatamente por isso. É só para mencionar algo que é relativamente obvio para todos, que o PSD e o CDS, que foram aqui chamados como os seus governos, relativamente a esta questão do Centro de Saúde, mas obviamente que os tempos eram outros.

A pergunta que fica é o que é que a CDU andou a fazer, que suportou esses orçamentos durante estes cinco anos, e que não conseguiu o Centro de Saúde mais cedo. Essa é que é a pergunta que se tem que fazer.

b) Intervenção do Executivo

Vice-Presidente da Câmara – Este executivo agradece as questões colocadas para serem respondidas e explicadas na medida do possível, porque algumas situações são tão óbvias que já não têm explicação. Em todo o caso, vamos passar ponto a ponto as questões colocadas. Sobre a Herdade da Comenda, é uma novidade para este executivo a questão das vedações com arame laminado e sendo de acesso público deve ser visto e vamos imediatamente ver com os nossos serviços de fiscalização o que é que é legal, o que é que é ilegal, o que é que é ou não perigoso para se tentar, se for necessário e possível, intervir para que não se criem situações de perigo.

Em relação à estrada nacional de Azeitão sobre o abate das árvores, estamos na área da jurisdição da Infraestruturas de Portugal e aqui não é uma questão nem da Junta de Freguesia e nem da Câmara Municipal. Temos esse problema identificado, podemos apurar a justa gestão dessa faixa de proteção à estrada e da informação que colhermos comunicaremos as conclusões à Assembleia e ao PAN.

Relativamente à colónia de gatos em S. Filipe, peço ao radar animal que está no nosso Departamento de Ambiente que verifique a existência desta colónia e em que condições é que ela está, se está a ser bem tratada, alimentada e se está saudável ou não. Vamos ver, porque há sempre colónias a aparecer, mas as assembleias também servem para fazer este pequeno livro de reclamações ou anotações do que há para tomar conta.

O nosso Departamento de Ambiente e os nossos dinâmicos técnicos e pessoal do CROAC, o Centro de Recolha e de Proteção Animal tomarão conta disso.

O deputado Domingos Semedo colocou a questão dos caixotes do lixo na Avenida Belo Horizonte, os nossos serviços vão imediatamente ver o posicionamento dos mesmos para verem se estão corretos ou não e se devem ser desviados.

Agradecemos que na Assembleia Municipal sejam colocadas estas questões, porque são assuntos do dia a dia e sempre que temos reclamações vamos verificar e tentar corrigir.

O deputado Pedro Vieitas colocou a questão da venda ambulante, que é outra também do dia a dia. A venda ambulante tem os seus licenciamentos e depois tem as suas prevaricações mais ou menos recorrentes e constantes. Não é bem andar atrás do gato e do rato, mas é um bocado andar atrás do vendedor ambulante e às vezes há situações que se consolidam durante muito tempo e levamos, também, muito tempo a debelá-las e temos um histórico recente sobre isso. Pessoalmente não tenho conhecimento, mas de certeza que alguém já anotou isto e vamos ver e tratar disso, depois informaremos qual a solução dada e o que é que se fez.

Agradeço em especial, já que não posso estar só a agradecer intervenções críticas, intervenções de reconhecimento, que é algo que entre nós muito pouco se faz. A intervenção da Sra. Deputada Celestina Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, foi uma intervenção de reconhecimento, tal como a do deputado João Afonso. Não quero fazer aqui considerações de moral política, mas quando alguma realização se consegue com o esforço de todos é porque todos se esforçaram para que as coisas acontecessem, mas uns fazem força para que tudo fique na mesma, para que nada aconteça e que passe para o orçamento seguinte. Promessas em falso. Há uns que fazem força para estarem quietos e parados e outros fazem força para que aconteça. Quem fez força para que acontecesse foi este município e foi, naturalmente, a força política mais representada dos eleitos deste município, que foi o PCP que em sede da Assembleia da República, na discussão do orçamento, conseguiu finalmente a verba necessária de forma a que o Governo cumprisse uma velha promessa para que algo absolutamente necessário se realizasse.

Os eleitos pelo PCP e CDU não se importam nada que venham os senhores representantes do PSD levantar esta bandeira, levantem-na connosco, podemos destruir as bandeirinhas todas, mas paciência, isto não é a Cooperativa Força de Todos, porque uns fazem força para que não aconteça e outros fazem força para que aconteça. É bom para todos, então levantemos todos a bandeirinha de que é bom para todos, já que agora estamos com força para levantar bandeiras. É bom que nos lembremos que temos que levantar mais bandeiras na área dos centros de saúde, ainda faltam dois e não estão no orçamento. Vamos lá a ver se agora, por força do PSD ou por força do Partido Socialista, assumem as propostas de no ano que vem incluir estes outros dois. Não são só os centros de saúde que são tão importantes, mas finalmente a construção da ampliação do Hospital de Setúbal, também por iniciativa e por força do PCP, que é maioritário na CDU, e também das forças todas da CDU em que nós maioritariamente representamos na câmara, se vai fazer realizar, vai acontecer, tem finalmente a verba no orçamento de Estado, depois de vários anos de promessa.

Também podem os senhores do Partido Socialista, também podem os senhores do PSD e do CDS ajudar a levantar esta bandeirinha, agradecemos a ajuda no esforço de erguer esta bandeira, porque esta já é um pouco mais pesada, é uma obra estrutural, uma obra importante para o município. Ainda bem que se fez, ainda bem que as forças da CDU tiveram alguma capacidade de influência na aprovação deste Orçamento de Estado que alojou finalmente e reservou estas verbas para estas obras, mas o mérito é de todos. É de todos! Os últimos a quererem reservar exclusivamente para si, o mérito somos nós, mas não queremos, queremos reparti-los por todos, tal como repartimos os benefícios destas obras absolutamente necessárias.

Quanto às primeiras chuvas, a intervenção da senhora deputada Carla Vilhena, por acaso, é curiosa, mas é difícil de responder. Já estou na categoria dos seniores, já estou com muitos cabelos brancos que me dão muita idade, mas lembro-me perfeitamente das cheias consecutivas em Setúbal aqui há umas décadas, em que ainda não havia CDU. Agora, esse fenómeno das grandes chuvadas, não desapareceu, tem-se repetido cada vez com mais frequência, mas esse grande problema da cidade de Setúbal estar constantemente alagada às primeiras chuvas, desculpem lá, mas não tenho visto, a não ser que seja noutra Setúbal virtual. E não será nas primeiras chuvas que vamos a correr desentupir, é antes, vamos fazer desassoreamentos.

A senhora deputada quer saber se é verdade ou não, claro que não imaginava agora que algum deputado ia questionar o desassoreamento da rede de pluviais em Setúbal, quando ele está, desde que cá chegámos a dar os resultados que mantém raras ocasiões em que durante dez ou quinze minutos há o alagamento no meio da cidade.

Peço ao Departamento de Obras que diligentemente faça a entrega de um conjunto de intervenções e até a sua calendarização, se quiser, e relatórios exaustivos da intervenção que a Câmara Municipal de Setúbal, nestes mandatos da CDU, tem feito para evitar as consequências das chuvadas em Setúbal, culminando no grande efeito que tem esta obra, que não é desassoreamento, que é obra hidráulica de retenção da baía do Parque da Várzea. É uma obra que vai fechar este problema por alguns anos.

Sobre a Rua Camilo Castelo Branco, senhora deputada, é verdade, tinha razão, todos tínhamos razão. Já agora repartimos as bandeirinhas e também repartimos a razão que temos antes das coisas serem feitas. Todos tínhamos quando se dizia que aquela obra era fundamental para a cidade, em termos de infraestruturação de saneamento e em termos de melhoria da rede viária. Todos tínhamos razão antes da obra ser feita, quando ela começa a ser feita vêm alguns de nós dizer que tinham razão porque pediram. Também sabíamos e por isso é que a agendámos e por isso é que não queremos terminar o nosso mandato sem que ela esteja concluída, executada e resolvido o problema finalmente, em termos de rede viária, em termos de infraestruturas de saneamento e pluviais muito importante para a cidade. Somos nós que o fazemos e agradecemos também o apoio de levantar a bandeirinha.

Quanto às habitações sociais, só posso dizer ao deputado Costa Ferreira que relativamente às habitações distribuídas sem dignidade, segundo o *facebook*, este executivo não responde ao *facebook*, não faz política de *facebook*. Temos regulamento de distribuição e uma política de habitação social de manter o alojamento e a distribuição com toda a dignidade e fá-lo-emos, mas se alguma falha houve, desde que ela concretamente seja apontada, averiguaremos e responderemos a condizer e se for preciso remendar alguma situação, fá-lo-emos. Agora o disse, não sei o que é.

Relativamente a Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa, nomes de ruas, o PSD já cá esteve em maioria relativa com o Partido Socialista nesta câmara e denominou algumas ruas, como o Tratado de Lisboa, a Avenida da Europa, etc. Há de haver um momento qualquer no futuro, não sei se em minha vida, em que o PSD fará a orientação da toponímia da cidade e dirá à comissão da toponímia quais é que são as prioridades que tem. Respeitamos as prioridades da comissão de toponímia, mas encontraremos um dia qualquer para muitos ilustres portugueses que ainda não têm nas nossas ruas da cidade o seu nome estampado.

A antiga Estrada dos Ciprestes está de facto em obras, há situações por resolver ali, há algumas expropriações, coisas pequenas, mas também é uma daquelas que tem muita importância pelo facto de ainda não estar feita depois de ter começado, não significa que ela não fique feita a tempo e horas com um bom trabalho feito para o futuro da circulação rodoviária e viária desta cidade.

Creio que não há mais nada relevante que me possa fazer exceder o tempo que acabou de ser cumprido.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Vou colocar à discussão e apreciação de acordo com a ordem de entrada nos serviços da Assembleia o conjunto de documentos que entraram nos serviços. Começamos pela Moção apresentada pela Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais, “Pela ampliação do Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E. – Hospital de São Bernardo”, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

“Moção

Pela ampliação do Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E. – Hospital de São Bernardo

A cidade de Setúbal é capital de distrito desde 1926 e viu nascer o seu Hospital Regional vinte anos depois, ao ver atribuído este título ao então Hospital da Misericórdia, situado num anexo do Convento de Setúbal. Alguns anos depois, a partir do Hospital do Espírito Santo da Santa Casa da Misericórdia, nasce o Hospital de São Bernardo, voltado para o futuro e direcionado para a saúde dos utentes. Foi para fazer face a dificuldades na resposta às populações que, em 1953, foi decidida a construção de um novo Hospital em Setúbal. E foi assim que tudo começou.

O Centro Hospitalar tem como missão a promoção da saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades dos hospitais que o compõem, prestando cuidados de saúde especializados, com respeito pela dignidade dos doentes, e estimulando o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, num quadro de qualidade, eficiência e eficácia organizativa. O CH tem um passado, tem um presente, mas para que tenha um futuro e cumpra com a sua missão é imprescindível a ampliação do mesmo de forma a ter um novo serviço de urgências e agregar todos os serviços a funcionar no Hospital Ortopédico do Outão.

Na sequência de reunião com o Executivo do Município de Setúbal e com o Conselho de Administração do CH de Setúbal, e de forma melhorar a resposta às necessidades da população do Concelho de Setúbal no que aos cuidados de saúde concerne, a Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais propõe que a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua Sessão Ordinária de 11 de Dezembro de 2020, delibere:

1. Reforçar ao poder político a necessidade prioritária da realização da obra de ampliação do Centro Hospitalar de forma a cumprir com a sua missão como prestador inalienável dos serviços de cuidados de saúde aos utentes do concelho, tendo em vista uma melhor qualidade de resposta, melhores condições para os profissionais e de atendimento aos utentes, não podendo a sua construção ficar dependente de quaisquer contrapartidas financeiras ou políticas.

2. Deve ainda a presente Moção ser enviada ao Primeiro-ministro, Ministra da Saúde, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e ao Presidente do Conselho de Administração do CHS.”

João Luz (CDU) – Relativamente a esta moção que nos é apresentada pela comissão, iremos, naturalmente, acompanhá-la.

Ela resulta de um trabalho feito na referida comissão, ainda que tenhamos algumas questões sobre o seu conteúdo, mas tendo em conta que é um documento de consenso não iremos deixar de votar favoravelmente. Aquilo que é necessário e importante é a exigência da concretização da intervenção e da ampliação do Centro Hospitalar de Setúbal.

De qualquer das formas, gostaríamos de propor aos proponentes desta moção, na parte final do ponto 1 das deliberações, uma ligeira alteração de texto que poderá conduzir a uma leitura mais adequada daquilo que se quer dizer, por um lado, e por outro ter aqui um grau até de maior exigência face aquilo que é pretendido.

A proposta que faria era, onde se lê *“não podendo a sua construção ficar dependente de quaisquer contrapartidas financeiras ou políticas”* alterar-se esta expressão por *“não podendo a sua construção ficar dependente de quaisquer outras considerações financeiras ou políticas”*, porque não se trata aqui de uma questão de contrapartidas, mas de uma questão de não existirem outras considerações de qualquer outra ordem ou de qualquer outra natureza que impeçam a concretização desta ampliação.

Marco Costa (PS) – Ainda bem que o Sr. Vereador respondeu ao deputado Afonso Luz e à Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, porque assim poupa-me tempo nesta intervenção. A bancada do Partido Socialista congratula-se com o esforço da deputada Patrícia Paz e de todos os demais deputados que contribuíram para a redação desta moção e consideramos que devem ser tomadas todas as iniciativas e diligências que contribuam para que a ampliação e beneficiação do Hospital de São Bernardo – Centro Hospital de Setúbal, seja uma breve realidade.

Todos nós, todos os setubalenses consideram o Centro Hospitalar de Setúbal como o nosso hospital, este não é dos médicos, não é dos enfermeiros, não é dos administradores, não é dos administrativos, assim como o hospital não é do Governo, não é da Assembleia da República, nem da Câmara e nem da Assembleia Municipal. O hospital não tem pais, nem padrinhos, nem muito menos madrinhas, nem partidos sequer.

Todos sabemos que uma obra desta envergadura não avança sem a respetiva resolução em Conselho de Ministros, o que este Governo do PS, ao contrário de outros governos anteriores, tornou possível através da resolução n.º 77/2019.

Também sabemos que não avança sem a devida cabimentação da rubrica em Orçamento de Estado, o que esta Assembleia da República, por proposta da CDU, mas com a viabilização dos votos do PS, concretizou na proposta de Orçamento de Estado para 2021.

Achamos que temas sérios como o do Centro Hospitalar de Setúbal não podem e nem devem ser tratados com levandade, com brincadeira ou até com alguma insinuação. Lamentamos a hipocrisia política de alguns deputados, ex-deputados e partidos que sugeriram e aceitaram a introdução da expressão *“não podendo a sua construção ficar dependente de quaisquer contrapartidas financeiras ou políticas”*. Partidos esses que não propuseram, nem concretizaram no passado na génese deste investimento, que se mantiveram à margem de todo este processo e que até se opuseram na Assembleia da República a que esta ampliação do Hospital de São Bernardo fosse viável e se concretizasse.

Até podíamos questionar as pessoas em causa sobre as suas reais motivações para as insinuações desta natureza, mas consideramos que isso seria privilegiar questões assessorias ao invés de nos focarmos no essencial.

Sendo assim, enquanto eleitos do PS na Assembleia Municipal, apesar de um grande parêntese que colocamos nestas últimas afirmações, claramente que votaremos favoravelmente a esta moção.

Qualquer alteração e outra qualquer moção que reforce a urgência imperativa da ampliação e requalificação do Hospital de São Bernardo e o Centro Hospitalar de Setúbal de forma a dotá-

lo de mais e melhores meios e condições de trabalho na formação dos seus profissionais e em tudo o que for possível e viável para prosseguir a sua missão de excelência na proteção de cuidados de saúde à população de Setúbal e da região.

João Viegas (CDS-PP) – Fazendo parte, também, desta comissão que propõe esta moção, dizer que este trabalho resultou, em primeiro lugar, de um pedido de reunião de um conjunto de diretores de serviço do Hospital de São Bernardo que reuniram com o Sr. Presidente da Assembleia e que depois endossou à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais este assunto para poder ser analisado pela mesma.

Entendemos que deveríamos realizar, pelo menos, duas reuniões, uma com o executivo da Câmara Municipal, neste caso na pessoa do Sr. Vereador, e outra reunião com a Administração do Centro Hospitalar de Setúbal para identificar um conjunto de matérias, entre elas a questão da ampliação do Hospital de São Bernardo.

Como é do conhecimento de todos, o que tem sido anunciado é que esta ampliação estaria dependente das contrapartidas do negócio do Hospital do Outão. Nuna primeira fase com a venda desse imóvel, depois chegando-se à conclusão que não poderiam vender com a eventual cedência, aluguer, ou o que quer que seja.

O CDS entende que, e é reconhecido por todos, a necessidade da construção daquele edifício há mais de uma década e que não pode nunca estar dependente desse tipo de contrapartidas, daí a questão das contrapartidas financeiras.

Depois e aquando agora da discussão do Orçamento de Estado para 2021 fomos, também, surpreendidos porque o PCP, a CDU neste caso, terá colocado, desculpem não encontro outra expressão, uma contrapartida para a viabilização do orçamento. Sei que até foi o meu partido e um deputado do meu partido aqui há uns anos atrás que, até ficou conhecido pelo orçamento limiano, que terá negociado, trocado a viabilização do orçamento por algumas condicionantes. Aqui também se está a falar de viabilizar um orçamento com vários queijinhos, não é aqui um queijo por pessoa, mas um conjunto alargado de queijinhos que a CDU entendeu, para viabilizar o Orçamento de Estado, que deveria colocar.

Não consigo encontrar outra expressão se não contrapartidas. Muito sinceramente não deveria ser necessário, e aqui quando vejo até da bancada do Partido Socialista este tipo de argumentação, vou-vos ser muito sincero, o Partido Socialista ficou muito mal nesta fotografia e vai continuar muito mal nesta fotografia.

Em relação à proposta aqui apresentada, no meu entender, o texto deverá manter-se como está.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Eu também pertenço à comissão e fomos à reunião, como disse o deputado João Viegas, com a Direção Executiva do Hospital e tivemos conhecimento que eles queriam fasear as urgências e ficavam com o encargo de 8 milhões, e que tiveram o aval do Ministério da Saúde, mas não do Ministério das Finanças. O Ministério das Finanças propôs que fizessem reformulação com o Hospital do Outão, prestar o obsoleto, e a partir de ali fazer uma atividade mais lúdica do ponto de vista turística e o encargo ficava em 17 milhões.

Temos que ter noção dos valores que estamos a falar, quem esteve nesta reunião teve a perceção exata de que o Governo queria era vender e ficar com o Outão, mesmo para o fim turístico avaliado em 15,5 milhões e o aumento em 17 milhões. Portanto aí o Estado teria um benefício, só dando 1,5 milhões para a ampliação do Hospital com a ampliação do Outão.

Temos que saber o que é que estamos a falar, por isso mesmo esta comissão falou das não contrapartidas, porque este edifício do Outão tem sido muito importante para a COVID, isto dito por eles, tem sido um pilar, tem sido um lugar em que tem dado muito apoio, neste momento, ao Hospital de São Bernardo.

Aqui é importantíssimo falar de contrapartidas e de negociações, porque foi uma comissão que se esqueceu de partidos e lembrou-se somente da população.

Vice-Presidente da Câmara – É só para não ficarmos com algumas confusões, uma coisa é o antes da decisão política de Estado, que foi tomada no Orçamento de Estado, e aquilo que eram condições negociais prévias que antes condicionavam uma decisão e que não podem ser retomadas constantemente após a decisão em Orçamento de Estado que colocou a verba para a realização das obras. Essas condicionantes prévias têm que ser postas de lado agora, porque a decisão está tomada. A decisão política foi posta numa lista de condições essenciais que o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista “Os Verdes” colocaram na Assembleia para viabilizar o orçamento. Dentro dessas listas essenciais estava um Centro de Saúde e a ampliação deste Hospital e foi aprovado, tudo o resto está ultrapassado, não levantem confusões com isso, vamos é exigir que se concretize a decisão tomada.

Anita Vilar (CDU) – Não era para intervir, mas como faço parte desta comissão que tomou esta posição e além disso dei apoio à questão das contrapartidas económicas e políticas, senti que tinha que intervir.

Percebo o que diz o senhor vereador, mas não ponho pedras no esquecimento assim tão facilmente. Ando aqui há muitos anos e sei muito bem há quantos anos é que se pede a ampliação deste hospital, que tem problemas muito graves nas urgências e que os governos todos foram deixando cair e temos o exemplo, também, de Azeitão. Há mais de 20 anos que a CDU também lutava pelo Centro de Saúde de Azeitão como lutava e luta pelo Centro de Saúde aqui nesta zona, que há de vir, não sei se será daqui a 20 anos, etc., etc..

Temos que esquecer e temos que tentar acreditar que a aceitação da proposta do PCP não teve em vista se não outra contrapartida do queijo Limiano ou não, e continuarmos a lutar, porque vamos ter mais epidemias, mais pandemias. Não pensem que esta ficou por aqui, e vamos ter por diferentes motivos, que não vou estar agora aqui a explicitar.

O Hospital de Setúbal está a arrebentar pelas costuras, há muito tempo, em termos de resolução do serviço de urgências e tem que se tomar medidas sobre isso.

Há muito tempo que já não estou no hospital, mas quando saí de lá, há cerca de 16 anos, já se falava da necessidade da sua ampliação, agora vejam como é que posso confiar nestes governos todos.

O Seixal está aí para mostrar como é que é, também está prometido há uma data de anos e vai sempre passando.

Meus amigos, estou muito velha para passar cheques em branco. Há que lutar e temos que andar muito vigilantes. Duvido muito ou esta ampliação do Hospital de São Bernardo vai ficar para as calendas dos infernos, por isso temos que lutar por esta ampliação, porque se temos outra pandemia deste tipo ou de qualquer outro, a situação poderá ser e será muito grave.

Sabem quantas camas é que havia nos cuidados intensivos neste hospital? Seis ou sete, mas quantas é que seriam necessárias? Temos que estar muito vigilantes e se não estão as autoridades de saúde, que estejamos nós políticos, por isso é que dei o meu aval às contrapartidas económicas e às contrapartidas políticas.

A população de Setúbal não pode estar sujeita como tem estado a tudo isto. É muito grave o que se está aqui a passar.

Espero que todas estas forças se unem, nomeadamente o PS, que também tem responsabilidades nisto, e que realmente lutem para que não tenhamos mais um ano sem ampliação hospitalar.

Presidente da Mesa – Temos aqui uma alteração ao final do ponto 1, apresentada pelo senhor deputado João Luz e pareceu-me que da parte do Partido Socialista não havia inconveniente nessa alteração.

Solicitava ao senhor deputado João Luz que formulasse a alteração para passarmos à sua votação.

João Luz (CDU) – A proposta de alteração era a substituição da expressão “*quaisquer contrapartidas financeiras*” por “*quaisquer outras considerações financeiras*”. Podemos não estar a falar de contrapartidas, é ir um bocado mais longe do que o próprio texto que é proposto diz.

João Viegas (CDS-PP) – Esta é uma proposta da comissão e não estão aqui a perguntar aos elementos da comissão se concordam ou não concordam.

Tivemos o cuidado, e na comissão estão representados praticamente todas as forças políticas, de articular com todos. Por acaso só as deputadas Carla Vilhena e a Anita Vilar se pronunciaram, mas outros elementos que fazem parte da comissão não se pronunciaram e poderíamos ter evitado estarmos aqui na assembleia a quererem alterar o teor de uma moção que é da comissão.

Jerónimo Lopes (CDU) – Uma consideração relativamente a este aspeto que me parece uma não questão, porque as comissões de trabalho não têm outro propósito do que trabalhar no âmbito e para o plenário da Assembleia Municipal. Não é necessário este formalismo de ter que voltar à comissão para poder apreciar, está entregue ao plenário e o plenário é perfeitamente soberano para proceder como entender relativamente à sua formulação. É o meu entendimento.

Presidente da Mesa – Já em outros momentos fizemos alterações a documentos que foram apresentados. Creio que a intervenção do senhor deputado Jerónimo Lopes foi bem clara, no fundo as comissões preparam documentos para que o plenário os possa “utilizar”, é um pouco isto.

Marco Costa (PS) – Por parte da bancada do Partido Socialista, como foi realçado na minha intervenção, preferiríamos que houvesse um parêntesis e que aquelas declarações fossem retiradas, de qualquer das formas não nos opomos à alteração que o deputado João Luz propôs e também fazemos nossas a opinião do deputado Jerónimo Lopes de que a Assembleia Municipal aqui reunida é soberana para poder alterar um texto produzido pela comissão.

Manuel Rebelo (CDU) – Eu dei o aval a esta moção tal e qual como ela está, faço parte da CDU, mas é obvio que vou votar contra a posição do meu partido. Dei o aval a esta moção e agora não vou voltar atrás.

A alteração feita à Moção foi posta a votação, a qual foi aprovada por maioria e em minuta, com 25 votos a favor, 15 da CDU, 9 do PS e 1 de AC, 8 votos contra, 1 da CDU, 4 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do CDS-PP, e 4 abstenções, 3 da CDU e 1 do PAN.

Antonieta Santos (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: “*Considero que é uma questão quase de semântica de uma forma ou de outra e uma questão pessoal de considerarmos contrapartidas, mais forte ou mais fraco a questão.*”

Considero, por exemplo, que, se calhar, contrapartidas é uma expressão mais forte que a proposta, daí considerar que é exatamente a mesma coisa e que importa é que não haja interferências de outra natureza, como natureza política ou económica ou financeira a entrar aqui em causa, por isso é que me abstive.”

Paulo Calado (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “O PSD votou contra e refere-se ao facto de entendermos que a expressão que foi substituída por esta votação era mais adequada áquilo que se pretendia.

Infelizmente, estranhámos que tenha havido uma posição comum a todos os partidos desta assembleia em sede de comissão e que ela depois seja alterada aqui, como é legítimo, mas com uma expressão que consideramos que é muito mais equívoca e mais dúbia, que foi a que acabou por ser aprovada, do que aquela que claramente dizia que não deve haver uma contrapartida para a construção da ampliação do Hospital.”

Não havendo mais intervenções a Moção foi posta a votação na sua globalidade, a qual foi aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 18 da CDU, 9 do PS, 3 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, um voto contra do PPD/PSD e uma abstenção da CDU.

Presidente da Mesa – Temos aqui uma proposta apresentada pela bancada do PSD sob o título “Devolução de 1% de IRS aos municípios”, mas considerando que vai haver um debate sobre esta matéria no Período da Ordem do Dia, esta proposta passará para esse momento.

Agora temos aqui uma recomendação apresentada pelo PAN sob o tema “Pela Pluralidade no Jornal Municipal de Setúbal”, conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

“Recomendação

Pela Pluralidade no Jornal Municipal de Setúbal

Considerando que:

O Jornal Municipal de Setúbal constitui um elo de ligação dos setubalenses e azeitonenses à vida do município, seja nos actos e acontecimentos do passado relevantes no concelho ou os desejados e esperados no futuro pelo executivo, mas também pelas restantes forças políticas com representação nos órgãos autárquicos deliberativos, no âmbito da Assembleia Municipal, onde são projetadas diferentes visões para o município, sendo que à falta de discussão dessas ideias quem perde é a população.

Os princípios consagrados na Directiva 1/2008 da ERC, de 24 de Setembro de 2008, em particular, no que se refere ao respeito e à protecção do princípio do pluralismo, tal como expresso no seu ponto 8: “Tratando-se de publicações de titularidade pública e sujeitas ao respeito pelo princípio do pluralismo e ao princípio do equilíbrio de tratamento entre as várias forças políticas presentes nos órgãos municipais, encontram-se obrigadas a veicular a expressão dessas diferentes forças e sensibilidades e em matérias relativas à atividade autárquica

Os municípios residentes no concelho de Setúbal e a democracia beneficiariam com o respeito pelos princípios invocados: a existência de maior pluralidade no Jornal Municipal;

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião ordinária de 11 de dezembro de 2020, delibera recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

1. Que seja contemplada a existência de um espaço de opinião no Jornal Municipal para que todos os partidos:

- a) Com assento na Assembleia Municipal possam, querendo, nele participar;*
b) Com implantação no Concelho - e não apenas os representados na Câmara e Assembleia - possam, querendo, nele participar.”

Vitor Rosa (BE) – Sugeriria que esta recomendação, no seu conteúdo deliberativo, fosse votada ponto por ponto, mas deixava à consideração da proponente.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação temos tido um entendimento, aliás já discutido nesta assembleia, de que o espaço do Jornal Municipal, que aqui é referido, o Boletim do Município de Setúbal, é um espaço dedicado à Prestação de Contas aos munícipes daquilo que é o trabalho e a intervenção do município.

Temos tido, também, sempre uma posição relativamente à pluralidade que é a pluralidade dos eleitos que têm pelouros atribuídos e que dão conta do trabalho que é desenvolvido no Município de Setúbal. Nunca entendemos que este, ainda que isto fosse evidentemente sujeito a discussão e à apreciação e até a um debate mais aprofundado entre todas as forças aqui na assembleia, seria o espaço para o debate político, porque esse é feito nos órgãos municipais, quer na câmara, quer na assembleia. Aí é que é o espaço privilegiado para a discussão e para a intervenção política e para a apresentação da opinião de cada uma das forças no concelho.

De qualquer das formas, não acompanhado a recomendação, ainda vamos mais longe e, julgo que é isso que está na origem deste pedido da votação ponto por ponto, que é a estranheza até de se colocar aqui a possibilidade de forças não representadas nos órgãos autárquicos poderem ter um espaço de participação.

Entendemos que, sendo uma matéria sujeita a debate, a aprofundamento e a discussão, não nos parece que esta recomendação esteja em condições de ser aprovada.

Manuel Fernandes (PS) – Esta matéria é efetivamente uma matéria demasiado importante e julgo que merecedora de ser aprofundada, tendo em conta que estamos a falar naquilo que é o aprofundamento da própria democraticidade, dos órgãos ou daquilo que é a palavra em democracia.

O uso da palavra em democracia deve, no lugar próprio, ser partidarizada, ser politizada e ser institucionalizada. Julgo que não deveria deixar de haver algum debate e nada melhor do que aproveitar este momento desta recomendação e de fazê-la descer à comissão para que aí tivesse lugar para esse debate com um bocadinho de mais profundidade, porque julgo que é merecedor de alguma reflexão.

A proposta seria que a recomendação baixasse à Comissão Permanente e depois voltar novamente à discussão.

Suzel Costa (PAN) – Aceito a proposta do Bloco de Esquerda em que estes dois pontos sejam votados em separado.

Jerónimo Lopes (CDU) – Não é para colocar à partida algum obstáculo a que esta recomendação possa baixar à comissão para um maior aprofundamento, mas o que quero aqui colocar com mais ênfase é a distinção entre o que é um boletim municipal relativamente à atividade que o município desenvolve. É disso que estamos a falar, independentemente do nome e não é por acaso que na recomendação aparece esta designação, mas em termos de conteúdo o que estamos a falar é de um boletim emitido pelo município relativamente à sua atividade, não é um órgão da comunicação social vocacionado para a discussão e para o debate político.

No que diz respeito e à bancada da CDU não tenho dúvidas em dizer que discordamos que o município seja detentor de um órgão de comunicação social com vista a outro tipo de finalidade que não seja prestar informação, esclarecimento relativamente àquilo que é a atividade do município e àquilo que os municípios podem contar. Julgo que esta é a vocação deste instrumento e é esse destino que ele cumpre.

De qualquer das formas não vejo obstáculo em que a comissão possa aprofundar a discussão relativamente a esta matéria.

Presidente da Mesa – Uma vez que há uma proposta para que esta recomendação baixe à Comissão Permanente e em que, por parte do Partido Socialista e da CDU, não vêm inconveniente nisso, será esta a proposta que vingará nesta votação.

Suzel Costa (PAN) – Sendo o PAN o proponente também tem uma palavra a dizer, ou a proposta é votada para que baixe à comissão, que é o que é normal, ou será votada ponto por ponto.

Presidente da Mesa – O que quis dizer é que perde a proposta feita pelo Bloco de Esquerda de ser votado ponto a ponto, porque se há duas forças políticas, que são as mais representadas na assembleia, que propõem que ela baixe à comissão, não faz sentido estarmos aqui com outro tipo de ações.

Não havendo mais intervenções a Recomendação foi aprovada por maioria e em minuta, que baixasse à Comissão Permanente, com 31 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 2 do BE e 1 de AC, e 6 votos contra, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 do CDS-PP.

Presidente da Mesa – Temos agora um Voto de Pesar apresentado pela bancada do PAN “Pela morte de Gonçalo Ribeiro Telles”, conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata.

“Voto de pesar

Pela morte de Gonçalo Ribeiro Telles

Gonçalo Ribeiro Telles faleceu no passado dia 11 de novembro, aos 98 anos. Personalidade pioneira na arquitetura paisagista, na memória coletiva ficará eternizado como um acérrimo defensor do ordenamento do território, do ambiente e da ecologia, da natureza e da sua integração nas cidades.

Nascido em Lisboa em 25 de maio de 1922, Gonçalo Ribeiro Telles passou a vida a debater-se por espaços urbanos mais verdes. Era um contador de histórias para quem, no meio do cimento e do betão, as palavras deveriam ser árvores e a pontuação arbustos e flores. Foi também um opositor convicto da eucaliptização do país e pugnou pela saudável coexistência entre o rural e o cidadão, quebrando barreiras, de forma equilibrada. Se o espaço urbano hoje em Portugal tem exigências ambientais a Gonçalo Ribeiro Telles o devemos.

Foi coautor do capítulo da Constituição da República Portuguesa sobre Ambiente, que determina que “todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”. Mas não só: o seu traço deu vida a muita da legislação nas áreas da conservação da natureza e do ordenamento do território, que criou as bases de uma primeira política pública de ambiente. Criou os parques naturais e as paisagens protegidas e alguns desses instrumentos tornaram-se tão importantes na gestão da paisagem

que passamos a conhecê-los apenas pelas siglas, como a RAN (Reserva Agrícola Nacional) ou REN (Reserva Ecológica Nacional), mas também o PDM (Plano Diretor Municipal).

Assumiu funções como subsecretário de Estado do Ambiente e secretário de Estado do Ambiente entre 1974 e 1976. Nessa qualidade, nunca se eximiu de participar em reuniões com a população, como aconteceu por exemplo em Setúbal e em Azeitão, para abordar a criação do Parque Natural da Arrábida em intermináveis reuniões de acesa discussão madrugada dentro sobre o desmantelamento das centenas de barracas que enchiam o Portinho da Arrábida e as restrições que a nova área protegida forçosamente iria trazer.

Voltou ao governo de 1981 a 1983, enquanto ministro da Qualidade de Vida, responsável pelas áreas dos desportos e do ambiente, e só não foi responsável pela criação da Reserva Natural do Estuário do Sado porque a mesma fora aprovada em 1980 por Margarida Borges de Carvalho, por si sugerida para o cargo de secretária de Estado do Ambiente do governo de Francisco Sá Carneiro.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião ordinária de 11 de dezembro de 2020, delibera:

- 1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Gonçalo Ribeiro Telles, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem;*
- 2. Endereçar o presente Voto de Pesar e as sentidas condolências à família e amigos.”*

Afonso Luz (CDU) – Evidentemente que a CDU se associa ao voto de pesar aqui apresentado, no entanto seria de alguma hipocrisia não deixarmos aqui alguns comentários.

Trata-se de uma pessoa com a qual tivemos grandes divergências, desde logo por ser monárquico e nós convictamente republicanos, depois por posições públicas que tomou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e por último a sua paixão pelas touradas.

Vindo esta proposta do PAN é de estranhar não fazer aqui qualquer menção a isso.

No entanto renovamos o papel importante de pioneiro em muitas questões ambientais, assim como também não esquecemos as posições públicas que assumiu contra o salazarismo durante a ditadura, por isso volto a afirmar que nos associamos a este voto de pesar.

Maria João Palma (PS) – Associamo-nos, obviamente, a esta homenagem prestada ao Gonçalo Ribeiro Teles como pessoa visionária que foi, em termos das prestações que deu ao nosso país e não só relativamente ao ambiente.

Fez-se um minuto de silêncio em sua memória.

Não havendo mais intervenções o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Mesa – Passamos a um Voto de Saudação apresentado pela bancada do BE “Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres”, conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata.

“Voto de Saudação

Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres

A 25 de novembro o mundo assinalou a luta pela eliminação da violência contra as mulheres.

É uma luta que registou mundialmente muitos avanços, mas que persiste inacabada. Ainda vivemos numa sociedade culturalmente marcada pelo sexismo em que a brutalidade da dominação masculina se traduz em diversas formas de discriminação e violência que carregam uma indiscutível marca de género.

A pandemia que atravessamos trouxe dificuldades acrescidas à prevenção e ao combate a estas violências, em especial à violência nas relações de intimidade e aos femicídios. O confinamento reforçou o isolamento de muitas mulheres e aprofundou a sua vulnerabilidade às estratégias de dominação dos agressores tornando mais difícil e arriscado pedir ajuda.

Em Portugal, de acordo com os dados preliminares do Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR, em 2020, já foram assassinadas 30 mulheres, 16 em contexto de relações de intimidade e registaram-se 43 tentativas de femicídios. Há agora mais 21 crianças órfãs vítimas da violência contra as mulheres.

Na Europa, uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física e/ou sexual. 80 % das vítimas de tráfico a nível da União Europeia são mulheres. Nos países em vias de desenvolvimento, uma em cada três raparigas casa antes de atingir 18 anos de idade.

São violências abjetas, que rasgam a sociedade e cujas feridas são ainda mais profundas quando se fala de mulheres negras, ciganas, migrantes, trans, lésbicas, com deficiência e tantas outras multiplamente excluídas e discriminadas na sociedade.

Eliminar a violência contra as mulheres e as raparigas é condição para a igualdade de género e tem de ser um esforço coletivo e internacional. No passado dia 25 de novembro, em Lisboa, concentraram-se centenas de mulheres para reclamar o fim da violência contra as mulheres que já tirou a vida a 30 mulheres só este ano e pedir políticas públicas de combate às desigualdades profundas e por uma justiça livre de discriminação.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida a 11 de dezembro de 2020, delibera:

1. Saudar as iniciativas realizadas no dia 25 de novembro, DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES e o trabalho de todas e todas aquelas que fazem da luta pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres condição fundamental para o respeito pelos Direitos Humanos e para uma sociedade livre, democrática e igualitária.”

Não havendo intervenções foi aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Temos ainda uma proposta de alteração que vai, também, para a discussão no respetivo ponto da ordem do dia.

III – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Informou que não havia inscrições.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividade Setembro – Outubro 2020

Este documento está registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Suzel Costa (PAN) – Deixar aqui só duas notas, nomeadamente à página 67 deste relatório, no que se refere à recolha dos resíduos sólidos urbanos e em particular nos resíduos sólidos urbanos indiferenciados. Registrar com satisfação que em setembro observamos uma diminuição acentuada, metade do valor face ao período homólogo, poder-se-á pensar que estamos no bom caminho. No caminho da redução destes resíduos sólidos indiferenciados que

acabam nos aterros, fruto de uma maior taxa de reciclagem e da diminuição deste consumo insustentável e desenfreado que aqui vivemos. Porém ao observar o quadro da recolha seletiva, nesta mesma página, percebemos que também houve uma diminuição dos resíduos valorizáveis como o papel, embalagem e vidro.

O executivo tem conhecimento do que é que aconteceu? Estamos a caminhar na direção certa, de acordo com as metas estabelecidas, ou se isto é apenas um indicador da redução de consumo ou de algum caso em particular.

Na página 83, no que se refere ao CROAC e ao quadro de entradas e saídas dos animais, alertamos para a necessidade, pelo menos no nosso entender, de constar aqui a duração de permanência média dos animais neste centro. No que se refere aos felinos e nos meses aqui em apreço foram esterilizados 99 gatos, um número que acolhemos com satisfação, mas é omissa o número de identificados eletronicamente contrariamente ao que aqui se observa para os cães. Gostaríamos de saber se é um erro do relatório e se, de facto, os gatos que estão a ser esterilizados ao abrigo deste projeto não estão a ser microchipados, como a lei assim o exige.

António Caracol (PS) – Percebo que o relatório é feito por diversos departamentos, mas dar os parabéns relativamente a algumas partes, nomeadamente à parte do endividamento e dívidas a fornecedores não pagos, porque constato que o relatório está mais explícito. Embora constate, infelizmente, que existe ali um aumento das dívidas a fornecedores não pagas, assim como o aumento do próprio endividamento da Câmara Municipal. Mas está bem feito, está comparado com o ano anterior e está simpático nesse sentido.

O que contrapõe outras partes do relatório, nomeadamente, na parte da sinistralidade rodoviária que, em termos de relatório, é muito insípido, apenas tem ali uns dados quantitativos sem qualquer tipo de comparação, análise ou detalhe do mesmo, seja em termos de evolução, seja em termos de localização ou circunstâncias dos mesmos registos da sinistralidade para podermos tentar perceber o que é que se está a passar com essas situações. Isso contrapõe com outra fase mais à frente onde vemos que o relatório vai mais ao pormenor, como por exemplo, na aquisição para o Mercado do Livramento de 1 Kg de pregos, duas latas de W40, mas noutras partes do relatório, como a sinistralidade, não é nada detalhado. O relatório não é coerente no seu todo.

Para finalizar, em relação às medidas de apoio às empresas afetadas pela pandemia da COVID, das microempresas, nomeadamente a restauração e o apoio ao comércio, não consegui encontrar no relatório onde é que estavam esses apoios por parte da Câmara Municipal a essas mesmas empresas e também aos municípios que foram afetados por esta pandemia.

Gostaria que me pudessem localizar, porque também li na diagonal e posso ter passado essa parte.

Vitor Rosa (BE) – Na página 81, nas reclamações e pedidos por freguesia ao GAF, temos aqui um conjunto de entradas, mas a capacidade de resposta fica quase a 50% das respostas a estas reclamações e pedidos.

Quais serão as dificuldades para conseguir ultrapassar esta situação, uma vez que temos aqui 339 e só 175 estão concluídas, mas ainda estão 144 por resolver.

Vice-Presidente da Câmara – Em primeiro lugar sublinhar este interesse e pormenor com que o relatório das atividades municipais está a ser acompanhado pelos membros da assembleia. Sinceramente é um aspeto que temos procurado melhorar e devemos correspondentemente que os membros da assembleia, também, o acompanhem com interesse e pormenorizadamente.

No relatório das atividades municipais estão lá dados que são da atividade própria do município sectorialmente, serviço a serviço, e que são os nossos dados, mas não fazem ali uma análise qualitativa, nem fazem em pormenor o desenvolvimento das razões e das acusações da obtenção dos resultados daquelas atividades.

Mas, também, existem muitos dados que são de entidades externas, no caso da sinistralidade, não são dados produzidos, mas vão ao Conselho Municipal de Segurança. Sei que já por várias vezes se tem pedido à PSP e às forças de segurança rodoviária mais algumas informações, mais explícitas e com alguns desenvolvimentos que nos permitam identificar as causas da sinistralidade para irmos à procura de soluções. A informação que nos chega ao município é a informação de outras atividades.

A questão da duração média de permanência no CROAC é aquela que está registada.

A redução dos lixos deve-se, naturalmente, à circunstância normal de todo este ano, o período do recolhimento obrigatório ou o período da pandemia alterou os hábitos de comportamento, alterou a normalidade dos consumos, a permanência e a vida normal das pessoas tem flutuações que ao pormenor não é capaz de explicar logo no mês seguinte ou no trimestre seguinte. É algo que tem que ser visto em perspetiva, quais foram as consequências na economia, nos consumos e no confinamento das pessoas. Naturalmente que tem que haver alterações.

A questão das respostas às reclamações, essa já merece uma resposta mais cuidada dentro do relatório, mas naturalmente é preciso entender que uma reclamação feita ao município por um munícipe não tem uma resposta no dia seguinte. A resposta a uma reclamação não é sempre dependente do serviço que recebe essa mesma reclamação, porque tem que ir aos serviços respetivos, tem que seguir um circuito.

Algumas vezes as reclamações versam sobre questões que não têm que ver só com a tutela do município, têm outras tutelas e têm que ir a entidades externas.

Os 50% das respostas quer dizer que, pelo menos, controlamos respostas que já foram dadas, as que ainda não foram dadas não quer dizer que não venham a ser, mas têm um tempo entre a entrada das reclamações e a realização do relatório que não permitiu que todas as respostas fossem dadas e há circuitos de informação que ainda estão a ser completados. Julgo que é uma taxa que merece que seja melhorada e sobretudo o tempo de resposta, ainda que nem sempre dependa só dos nossos serviços.

2. Deliberação n.º 360/20 – Proposta n.º 84/2020 – DAF/DICOR – Derrama, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças tomou a decisão, por proposta do Sr. Deputado Vitor Rosa do Bloco de Esquerda, de votar esta proposta ponto por ponto, daí o resultado da deliberação da comissão por pontos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Derrama: A Comissão deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e 3 abstenções, 2 do PS e 1 do BE, e 1 voto contra do PPD/PSD.

Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS): A Comissão deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 6 votos a favor, 4 da CDU, 1 do BE e 1 de AC, e 3 votos contra, 2 do PS e 1 do PPD/PSD.

Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP): A Comissão deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PPD/PSD, e 1 voto contra do BE.

Presidente da Mesa – Esta proposta tem uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD sobre “Devolução de 1% de IRS aos munícipes” e tem ainda uma outra proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, sobre “Isenção da Derrama para apoio à economia local no contexto da COVID-19” (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 19 e 20).

Vitor Rosa (BE) – Para uma clarificação junto da Mesa relativamente à questão desta proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda. A Derrama continua como imposto obrigatório derivado do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, certo? A taxa máxima de aplicação da Derrama é uma obrigação através do Contrato de Reequilíbrio Financeiro?

Vice-Presidente da Câmara – A maximização da receita está no Contrato inicial do Reequilíbrio Financeiro feito em 2004, entretanto nas atuais circunstâncias dos regimes de desequilíbrio financeiro, desequilíbrio estrutural ou de saneamento financeiro já não estamos sujeitos aos critérios que permitam classificar as contas do município nessas situações.

Vitor Rosa (BE) – Então esta proposta pode ser considerada e não tem obrigação relativamente à questão do Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

Vice-Presidente da Câmara – Já fizemos a alteração à taxa do IMI.

Vitor Rosa (BE) – Por isso a verificação se está ou não expresso no Contrato de Reequilíbrio Financeiro, porque uma coisa é o IMI que houve a alteração...

Vice-Presidente da Câmara – A expressão no contrato é “as Derramas”.

Vitor Rosa (BE) – Isto tudo deriva, porque se é uma questão de obrigatoriedade constante no Contrato de Reequilíbrio Financeiro, retiramos a proposta, uma vez que não faz sentido estar a apresentar uma proposta que está “agarrada” a esta obrigação do município.

Presidente da Mesa – É retirada a proposta de alteração de “Isenção da Derrama para apoio à economia local”, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Manuel Fernandes (PS) – Efetivamente esta proposta aparece-nos em pacote, é um pacote fiscal. Tive a oportunidade de na altura, na comissão, colocar exatamente essa questão ao Sr. Vice-Presidente que me clarificou que foi uma opção, e que é legítimo ter essa opção, em termos políticos, muito embora a bancada do Partido Socialista entenda que cada imposto tem uma especificidade muito própria e que nos parece errado estar a apresentar um pacote fiscal, tendo em conta diferentes impostos com diferentes especificidades, tal como é o caso da Derrama, IRS ou Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Todas elas nada têm em comum e aparecendo no mesmo pacote e que se tiver que ser votado em conjunto desvirtuaria até mesmo aquilo que é o sentido de voto de cada uma das especificidades das matérias em causa, por esse motivo não concordamos que ela seja apresentada em pacote. De qualquer das formas e nessa sequência apresentamos aqui, obviamente, à semelhança daquilo que aconteceu na comissão, a votação apreciada ponto por ponto e aí temos toda a vantagem em especificar qual o sentido de voto em cada uma das matérias.

João Luz (CDU) – Começava por uma questão terminológica, não estamos perante nenhum pacote fiscal, nem algo do género, mas percebo a utilização da expressão e confesso que não faz qualquer sentido neste contexto.

De qualquer das formas relativamente à proposta apresentada pelo PSD, algumas notas, as quais se repetem um pouco no quadro de discussão em anos anteriores, ainda que com propostas distintas, mas relativas à mesma matéria.

A primeira questão a sublinhar é o facto do PSD, com esta proposta, reconhecer a atratividade do concelho e da cidade e ficamos, de alguma forma, satisfeitos com este reconhecimento, que nem sempre é usual, mas que não deixamos de sublinhar e, de alguma forma, concordar, porque entendemos que o trabalho que tem vindo a ser feito tem promovido a atratividade do nosso concelho.

Depois a segunda questão é que não percebemos em que é que esta proposta diferencia o município e colocamos um conjunto de questões e de respostas. A primeira é, a quem é que esta medida beneficia? E a resposta é só uma, beneficia a quem mais paga de IRS.

A segunda questão é, quem é que paga mais IRS? É quem tem mais rendimentos. E quem é que são os mais prejudicados? Quem é que sai prejudicado com esta medida que o PSD aqui nos apresenta? São aqueles que dependem mais dos serviços públicos e do investimento público, são, mais uma vez, aqueles que menos rendimentos têm.

Por tudo isto não acompanhamos esta proposta do PSD, entendemos que não faz qualquer sentido esta redução na percentagem de IRS que os municípios podem arrecadar e que podem traduzir em mais e melhores serviços públicos, em mais e melhor investimento público às populações sobretudo, tendo em conta o tipo de imposto que estamos a falar, quem o paga e a quem é que este 1% poderia servir e ter algum significado.

Continuamos a entender que é no quadro da política geral tributária, designadamente naquilo que diz respeito aos escalões do IRS, que deveriam ser tomadas medidas. Medidas essas, com o aumento do número de escalões, que designadamente o PSD não acompanha.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Começar por dizer que não compreendo muito bem aquilo que o João Afonso acabou de dizer e vou-lhe explicar porquê. Os trabalhadores, o Distrito de Setúbal e o Concelho de Setúbal estão a ser afetados por muito desemprego e o senhor esqueceu-se que as compensações financeiras são tributadas em termos de IRS. É que aqui com isto estamos também a defender os mais desprotegidos de todos, que são aqueles que perderam agora o emprego e vindo de um partido que se diz defensor dos trabalhadores custa-me muito ouvir os seus representantes virem aqui dizer que baixando e diminuindo o IRS estão só a defender aqueles que mais recebem. É mentira! Porque, senhor deputado João Afonso, as compensações financeiras são tributadas e por isso é que muitas vezes se tenta fazer com que as empresas paguem no ano a seguir para que os trabalhadores que este ano que já foram alvos de lay-off e de cortes não vejam também.

Custa-me muito ouvir aquilo vindo de uma pessoa como você, pensei que tivesse mais defesa dos trabalhadores do que afinal tem.

A atratividade, claro que sim. O turismo nacional todo que veio espalhou-se por Setúbal, por Lisboa, na restauração, mas o PSD é totalmente a favor disso e queremos é que a atividade económica cresça cada vez mais, que se torne, cada vez mais, atrativo para que as pessoas procurem o Concelho de Setúbal para viver. Por isso é que trazemos esta proposta para baixar o IRS, não só para aqueles que perderam os empregos, mas para com todos aqueles que estão a sofrer com esta pandemia do COVID que lhes trouxe, também a eles, muita perda de rendimentos.

Também podemos, se quiserem, falar ainda de valores, o que é que nos custaria e o que podem ser compensados com aquilo que vem, o que poderá ser explicado melhor por alguns deputados aqui da CDU.

Vão ser compensados pelos 5 milhões que virão da SIMARSUL, por exemplo. Porque vão sempre dizer que o PSD está a apresentar uma proposta, mas não fez as contas, mas fizemos

as contas e sabemos quanto é que ela custa, quanto é que diminui anualmente, neste ano, à Câmara Municipal e pode a mesma ser compensada em 3,5 milhões de euros a mais do que aquilo que custa a nossa proposta, que custará cerca de 1.580.000,00 euros. Por isso, se houver vontade de defender verdadeiramente a população de Setúbal, os trabalhadores de Setúbal e todos, têm de votar a favor, porque só há esta hipótese.

Afonso Luz (CDU) – Relativamente a esta proposta do PSD, julgo que todos temos consciência da quantidade, da enormidade de trabalhadores que recebem a remuneração mínima garantida ou perto dela e esses não pagam IRS. Também todos temos consciência da enorme massa de pensionistas que têm pensões reduzidíssimas e que também não pagam IRS. Esta redução que está aqui colocada tem, acima de tudo, a ver com a chamada classe média, aqueles que têm rendimentos médios, ou muito mais que isso, esses seriam os grandes beneficiados com esta medida que aqui nos é proposta.

A questão passa por isto que já aqui foi dito, se querem um IRS mais justo socialmente, então façam o aumento dos escalões e aliviam assim os rendimentos médios que são de facto bastante penalizados, aliás são os mais penalizados em termos de IRS.

O que o PSD disse na sua última intervenção não foi mais do que vir aqui baralhar tudo, misturando outro tipo de rendimentos do município.

O que temos aqui é que a devolução deste 1% do IRS aos municípios, não só seria socialmente injusta, como faria com que o município perdesse capacidade de manter a qualidade dos serviços que vem prestando.

Vice-Presidente da Câmara – Um ponto de ordem, porque independentemente do mérito da discussão que se está aqui a fazer, julgo que há, salvo melhor opinião, uma questão de ordem legal, é competência legal para os membros da assembleia apresentarem propostas desta matéria.

Tal como está escrito na proposta, o Art.º 25, da Lei 75/2013, estabelece que o regime jurídico das autarquias locais determina que compete à assembleia sob proposta da Câmara Municipal aprovar as taxas e o respetivo valor. Ora há um conjunto de matérias que podem ser deliberadas em Assembleia Municipal sob proposta do executivo.

A assembleia não faz propostas de orçamento, é o executivo, e com as taxas é a mesma coisa, portanto este assunto só pode ser deliberado sob proposta que o executivo trazer e não de um membro qualquer da assembleia.

Julgo que carece de legitimidade a apresentação e a votação desta proposta. A assembleia pode aprovar ou rejeitar a proposta que a câmara trazer.

Presidente da Mesa – A mesa aceitou esta proposta de alteração, por isso vamos proceder à votação da proposta. Temos duas propostas, uma das propostas é do Partido Socialista e sugere que se vote ponto por ponto a proposta n.º 84/2020/DAF/DICOR e temos a proposta de devolução de 1% do IRS aos municípios apresentada pelo PSD. Mesmo considerando a questão que o senhor Vice-Presidente colocou e se não houver, inconveniente da parte da Assembleia, procederemos desde já à votação da proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Manuel Fernandes (PS) – Não estávamos a querer pronunciar acerca da proposta do PSD, porque tínhamos dúvidas que ela pudesse ser apresentada, tendo em conta a mesma intervenção que foi feita pelo senhor Vice-Presidente. É explícito na lei que a proposta deve ser apresentada pela Câmara Municipal e a Assembleia Municipal deve-se pronunciar acerca da mesma. Se é entendimento da Mesa de colocar à votação a proposta do PSD, temos um entendimento em termos de conteúdo. Não queremos atravessar à frente daquilo que é uma

decisão da Mesa, embora tenhamos exatamente o mesmo entendimento que o senhor Vice-Presidente precisou.

Presidente da Mesa – A Mesa aceitou esta proposta, fez a sua distribuição aos senhores deputados, ninguém antes se manifestou acerca da proposta e nós aceitámos a proposta. Se não houver inconveniente da parte da assembleia e espero que a assembleia se pronuncie, pomos a proposta a votação, se a assembleia achar que estamos a cometer uma ilegalidade ou que não é adequado, a assembleia é soberana.

A Mesa aceitou a proposta e se a assembleia considerar que a proposta não deve ser posta a votação, a assembleia terá de se pronunciar. Só agora é que o senhor deputado Manuel Fernandes colocou esta questão. Gostava que outros grupos políticos se pronunciassem sobre esta questão.

A Mesa aceitou a proposta e na altura não considerou esta questão, por essa razão vou colocar a proposta a votação se não houver inconveniente por parte da assembleia.

Vice-Presidente da Câmara – Esta proposta do PSD não consta na ordem de trabalhos, a assembleia foi convocada sem esta proposta.

Presidente da Mesa – Não é essa a questão, a questão é que a Mesa aceitou a proposta, porque não encontrou na proposta as questões que foram agora suscitadas. Para que não seja colocada à votação a proposta, os senhores deputados terão que se pronunciar, o senhor deputado Manuel Fernandes já se pronunciou. Agradeço que outros senhores deputados se pronunciem para que a Mesa possa avançar com este processo.

Antonieta Santos (CDU) – No meu entender é muito simples, é colocar a aceitação da proposta à votação do plenário.

Presidente da Mesa – Isso eu já percebi, não podia ser feito de outra maneira.

João Luz (CDU) – Propunha que seguíssemos alguma coerência com aquilo que temos vindo a fazer nesta assembleia, já em anos anteriores deliberámos sobre matéria idêntica e já por diversas vezes, ao longo da nossa história, discutimos e votámos propostas sobre a alteração de taxas de IMI (por exemplo), e nunca esta questão foi levantada. As restrições à votação de propostas sob proposta da Câmara Municipal só se aplicam ao orçamento e não a outras matérias. Tem sido esta a prática da Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa – A Mesa aceitou a proposta e se há alguma responsabilidade ela é da Mesa.

Se é verdade aquilo que o senhor deputado João Luz disse, todos os anos praticamente estas situações acontecem, também é verdade, e eu também tenho a convicção de que, como disse em “*off*” o senhor Vice-Presidente, “*nestas matérias, os senhores deputados na Assembleia Municipal podem fazer propostas de recomendações*”. Isto é a minha convicção e agora estou a falar em nome pessoal.

Se os senhores deputados entenderem que a proposta deve ser colocada à votação quanto ao seu conteúdo, a Mesa coloca à votação, mas se os senhores deputados se manifestarem no sentido de a proposta não ser colocada à votação, então faremos uma votação no sentido de admitir a votação da proposta, que é uma coisa diferente.

Manuel Fernandes (PS) – Relativamente à proposta do PSD, há um entendimento da lei em que a proposta não tinha cabimento, porque não vinha do executivo, penso que até está a coincidir com aquilo que diz a Mesa, mas nós não nos opomos a que a Mesa aceite a proposta para ser colocada a votação e se a Mesa tiver esse entendimento, nós acompanhamos e fazemos também a nossa manifestação de intenção de voto em relação ao conteúdo dessa proposta, mas se a Mesa o entender, nós não nos opomos.

Presidente da Mesa – Há alguma posição de cada força política relativamente ao facto de se submeter à apreciação e votação da Assembleia a proposta de alteração apresentada pelo PSD? Não havendo, coloco à votação a proposta do PSD que foi distribuída e que “Propõe a devolução de 1%, do IRS aos municípios”.

A proposta foi rejeitada com 22 votos contra, 19 da CDU, 2 do BE e 1 de AC, 14 votos a favor, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS/PP, e uma abstenção do PAN.

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“É óbvio que somos sensíveis à escassez dos rendimentos dos setubalenses e azeitonenses e ainda para mais nestes tempos de “Covid”, desta crise sanitária e socioeconómica que vivemos. Se existisse razoabilidade na carga fiscal, os considerandos que aqui deixamos, não seriam necessários. Desde já, qual o impacto que esta medida terá no nosso concelho ao serem implementadas? Foram efetuadas as contas? Temos números absolutos é certo, mas quem é que vai aproveitar esta medida e em que medida? Qual é o impacto da redução desta diminuição do IRS para todos os municípios, considerando o total de declarações de IRS aqui submetidas e a população aqui residente? Faltou-nos também para aprovar e, por isso nos abstivemos, as garantias do executivo que a diminuição desta redução por via da diminuição da taxa de IRS de 1%, não colocaria em risco a prossecução das políticas municipais de desenvolvimento.”*

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista acompanhou a proposta do PSD, sendo que não é na continuidade daquilo que o Partido Socialista durante vários anos tem proposto, porque o Partido Socialista tem proposto uma redução de 0,5 no IRS, dando prioridade a outros impostos, nomeadamente o IMI e aí sim, ver-se-ia com mais ênfase e com mais evidência, alguma remuneração ou alguma liquidez acrescida no bolso dos setubalenses e azeitonenses. Tendo em conta que vivemos num período excecional, excecionalmente nós acompanhámos a proposta de redução de 1%, no IRS.”*

Presidente da Mesa – Vamos proceder à votação da proposta nº 84/2020/DAF/DICOR “Derrama, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)”.

O senhor deputado Manuel Fernandes do Partido Socialista pediu para que a votação fosse separada nos três pontos. Há algum inconveniente da parte dos senhores deputados?

Se não há inconveniente, vamos votar separadamente os pontos da proposta.

Ponto 1 – “Derrama”, foi aprovado por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, 4 votos contra do PPD/PSD, e 13 abstenções, 9 do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS/PP.

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista absteve-se nesta votação da Derrama, porque entende e desde sempre têm entendido que o contrato*

de Reequilíbrio Financeiro obriga a taxa máxima e por esse motivo, de forma reiterada ao longo dos anos, temos nos absterido neste imposto e uma vez mais aqui o fizemos.”

Paulo Calado (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PSD votou coerentemente contra, tal como iremos votar a próxima proposta, uma vez que consideramos que deve haver um alívio nas famílias e nas empresas neste município, relativamente à sua carga tributária. Há muito que não estamos obrigados pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro.”*

Ponto 2 – “Participação Variável no Imposto sobre Rendimento de Singulares (IRS)”, foi aprovado por maioria e em minuta, com 23 votos a favor, 19 da CDU, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, e 14 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS/PP.

Ponto 3 – “Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)”, foi aprovado por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 19 da CDU, 1 do PAN e 1 de AC, 2 votos contra do BE e 14 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS/PP.

Afonso Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Desta vez votámos favoravelmente este ponto, da Taxa Municipal de Direito de Passagem, com algum regozijo acrescido, porque por proposta do PCP, a partir do ano 2021, esta taxa deixará de ser repercutida na fatura final para os consumidores.”*

Presidente da Mesa – Vamos votar na globalidade a proposta n.º 84/2020/DAF/DICOR.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, 5 votos contra, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, e 12 abstenções, 9 do PS, 2 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

3. Deliberação n.º 359/20 – Proposta n.º 83/2020 – DAF – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021 (2022/2023/2024/2025)

Presidente da Mesa – Conforme foi devidamente informado em tempo, esta proposta inclui a retificação que foi feita em reunião de câmara, no dia 2 de dezembro. Houve alguma falta de entendimento em determinados momentos sobre esta questão, por essa razão, é necessário que fique claro, que vamos proceder à avaliação e à votação da proposta n.º 83/2020/DAF “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021 (2022, 2023, 2024, 2025)”. Esta proposta inclui a retificação feita em reunião de câmara, no dia 2 de dezembro. Porque é que é importante dizer isto? Como sabem os documentos foram distribuídos aos senhores deputados, logo a seguir à primeira reunião de câmara e nós distribuimos aquilo que foi aprovado na reunião de câmara de novembro, entretanto a câmara fez uma retificação a esta proposta, no dia 2 de dezembro e o que vem à Assembleia Municipal é o resultado das votações feitas em reunião de câmara. É necessário fazer estas salvaguardas, porque os senhores deputados receberam antes, uma proposta que tinha sido aprovado em reunião de câmara e que a Mesa da Assembleia e a Comissão Permanente entenderam que devia em sede de comissão, fazer a distribuição das propostas aprovadas em reunião de câmara. Como surgiu esta retificação, os senhores deputados também tiveram oportunidade de ter acesso a esses documentos que foram retificados na reunião de câmara, de 2 de dezembro e é isso que nós estamos a votar.

Para que não haja nenhuma dúvida sobre esta matéria, questiono aos senhores deputados se pretendem mais algum esclarecimento.

Manuel Fernandes (PS) – Um pedido de esclarecimento. Estamos a falar da proposta n.º 90/2020/DAF?

Presidente da Mesa – Não, a proposta n.º 90/2020/DAF, tal como foi informado em documento enviado pelos serviços, era apenas para conhecimento dos senhores deputados e em nota dizia-se que essa proposta servia de retificação na Câmara Municipal e o que a Assembleia Municipal vai votar é a proposta retificada em reunião de câmara, de 2 de dezembro, já com a retificação incluída.

Antonieta Santos (CDU) – Em comissão pronunciamos-nos relativamente a esta deliberação n.º 359/2020, referente à proposta n.º 83/2020/DAF, mas no final da reunião entendemos antes pecar por excesso do que por defeito e pronunciamos também relativamente à proposta n.º 90/2020/DAF que nos foi entregue.

Relativamente à proposta n.º 83/2020/DAF, a Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 1 abstenção do BE e 3 votos contra, 2 do PS e 1 do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Presidente da Mesa – Senhora deputada, a apreciação da proposta n.º 90/2020/DAF também faz parte da ata, se quiser explicitar?

Antonieta Santos (CDU) – Sim, faz parte da ata. Relativamente à proposta n.º 90/2020/DAF, a comissão emitiu parecer favorável por maioria, com 6 votos a favor, 4 da CDU e 2 do PS, e 2 abstenções, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Jerónimo Lopes (CDU) – Antes de ler o parecer da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade, chamava a atenção dos senhores deputados que têm nas vossas pastas duas atas da Comissão de Ambiente Urbanismo e Mobilidade. Pedia encarecidamente, no que diz respeito à ata da reunião realizada no dia 9, que dessem atenção aos restantes pontos que não têm que ver com os pareceres emitidos pela comissão, na medida que correspondem ao trabalho desenvolvido pela comissão, relativamente a um conjunto de recomendações que tínhamos em mão.

Relativamente à proposta e ao parecer, não tendo a comissão se debruçado sobre esta proposta retificada, o parecer foi neste sentido: A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer desfavorável, por maioria, com 4 votos a favor da CDU e 5 votos contra, 3 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer desfavorável, por maioria, com 3 votos a favor da CDU, 1 abstenção do BE e 4 votos contra, 2 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

Mário Aranha (PS) – Este é sem dúvida, um orçamento numa altura decisiva, pois é, obviamente, impactado pela pandemia, mas também por ser o último orçamento deste

mandato autárquico. Confessamos que tínhamos a secreta esperança que dividido aos nefastos efeitos da pandemia este seria o orçamento para arrear caminho e que o executivo municipal finalmente adotasse algumas das medidas de boa gestão organizacional, que o PS Setúbal atempadamente e avisadamente tem defendido. Pura desilusão! Não só não se invertem as políticas e opções estratégicas erradas, como se agravam os problemas estruturais, em devido tempo evidenciados pelo PS, como resposta à pandemia é tímida, demasiado tímida.

A nossa posição de oposição a este documento começa logo pela própria natureza deste orçamento. Seria mais credível chamar-lhe um projeto de orçamento ou um rascunho de orçamento. Um documento que apresenta um valor de quase 140 milhões de euros, mas que a exemplo de anos anteriores será uma ficção, logo na página 12 do orçamento, a máxima incongruência, para um orçamento total de 140 milhões de euros, só está prevista arrecadação de 75 milhões de euros de receitas correntes. Como sempre, será mais um orçamento para não cumprir, a exemplo dos últimos anos da gestão CDU.

Nestes tempos de crise pandémica e de grave crise económica e social, quando o Governo, empresas e outras autarquias tentam por todos os meios combater esta crise, o que nos apresenta a CMS este orçamento 2021, face ao orçamento 2020?

Mais impostos?

O orçamento prevê a cobrança de mais de 12% em impostos diretos e uma subida de 64% em taxas, multas e outras penalidades.

Outro dos graves problemas que apontámos neste mandato, continua por resolver. Apesar de toda a propaganda no que refere ao apoio às empresas do concelho, a dívida a fornecedores tem uma diminuição residual, continuando acima dos 12 milhões de euros. Isto significa prazos de pagamento muito longos. O prazo médio de pagamento vai continuar seguramente a ser um dos piores do país. Parece-nos, pois, conceitos bizarros de apoio às empresas e cidadãos do concelho neste contexto de pandemia.

Mas estas incongruências entre o discurso e a prática refletem-se também nas posições de política da CDU, na Assembleia da República negocia com o PS para baixar o IRS e outros impostos para todos os portugueses, mas em Setúbal rejeita a proposta do PS de baixar o IRS municipal, de quase 7,6 milhões de euros, que podem ser devolvidos aos setubalenses. Nem um cêntimo é perdoado e o IMI, erradamente, continua a ser um dos mais altos do país, de facto, basta apenas 40 quilómetros que separam Setúbal de Lisboa para mudarem 180 graus, a política fiscal da CDU.

Infelizmente para os setubalenses e azeitonenses a CMS continua a ser teimosa e erradamente na preferência pelo efémero, pelo imediato, pelo “*Show off*” ou por mais um “*like*” na página do Facebook.

Em 2021 as despesas correntes vão consumir 73% do orçamento municipal, contra 27% em despesas de investimento. Um orçamento que agrava este desequilíbrio face a 2020, obviamente que só pode ter o firme voto contra do PS.

É um investimento correto que garante o futuro, garante uma Câmara Municipal eficiente, equipamentos sociais e desportivos que ficam para gerações vindouras. São, por exemplo, as habitações a custos controlados que esta câmara não constrói e não apoia na sua construção, em parceria com privados. São os relvados e pavilhões não construídos, fazendo com que os nossos valorosos clubes tenham muito piores condições que os seus concorrentes.

Este sub investimento na generalidade, também se faz sentir nas várias vertentes neste tipo de despesa, uma das mais evidentes refere-se à minguada de rendimentos de propriedade, o PS Setúbal neste último mandato autárquico tem defendido, que uma fatia importante do orçamento municipal fosse concretizada em investimentos financeiramente produtivos. Assim, a rubrica “Rendimentos de Propriedade”, seria uma boa almofada orçamental para prevenir tempos difíceis, mas a inoperância da CDU deixou que esta rubrica se reduzisse apenas aos

valores decorrentes da concessão da EDP, da rede de baixa tensão, e às receitas da concessão da Águas do Sado.

Perguntamos, é desta que a CMS vai conseguir cobrar enorme dívida da concessionária? Os anos passam e a dívida arrasta-se, mas é uma receita verdadeira ou é falsa?

Se é verdadeira, então a CDU demonstra incapacidade em defender os interesses dos setubalenses e azeitonenses, se é falsa, então por uma questão de coerência, retirem o instituído no orçamento. Nestes tempos de pandemia estas receitas são ainda mais importantes para combater a crise social económica e mais uma vez são muito reduzidas.

Noutro capítulo, apesar de um contínuo aumento das receitas globais e do sub investimento em despesas de capital, os empréstimos de médio e longo prazo só deixam uns tímidos 4,4%. Acresce ainda que os juros continuam historicamente baixos, portanto, perdeu-se uma oportunidade, por exemplo, de renegociar dívida antiga a juros mais altos por dívida nova com juros mais baixos.

Quatro anos perdidos neste mandato neste domínio, mas são impostos futuros que os setubalenses e azeitonenses vão ter de pagar. Não é esta a política do PS, não é esta a política que Setúbal necessita. Defendemos uma CMS eficiente, onde se racionalizem gastos como, por exemplo, juros de mora, comestíveis, outros fornecimentos e serviços externos, onde as despesas de investimento sejam uma fatia fundamental do orçamento e com isso aumentar receitas de capital e realizar obras de grande impacto social económico, onde a Câmara Municipal, a exemplo do Governo, tenha um belicoso plano integrado de combate aos efeitos da pandemia, apoiando cidadãos, empresas e setor social, tudo o que este orçamento não tem. Votamos contra este orçamento, mas sem bota-abaixo, votamos a favor dos setubalenses e azeitonenses. Os cidadãos podem contar connosco no Governo, podem contar connosco na CMS.

Ainda hoje o Governo aprovou o mais massivo programa de apoio à economia no valor de 7 mil milhões de euros, aprovou um orçamento de Estado com o apoio extraordinário de rendimento dos trabalhadores desempregados, a majoração do valor mínimo do subsídio de desemprego, complemento de subsídio social de desemprego, prolongamento de apoio aos trabalhadores informais. Destacamos também o reforço sem precedentes no sistema Nacional de Saúde, para além de dezenas de outras medidas positivas. Foram exemplos de medidas que beneficiam milhares de setubalenses.

O PS na Assembleia da República faz o seu trabalho, o PS de Setúbal faz o seu trabalho, a Câmara Municipal no investimento neste orçamento municipal não o faz, por isso votamos contra.

Afonso Luz (CDU) – A posição da CDU sobre estes documentos em apreço é a seguinte.

Em primeiro lugar, uma referência para a forma como estes documentos nos são apresentados. Mais uma vez, os documentos previsionais permitem que, para além dos números, possamos entender as opções de gestão e os condicionalismos a que essa gestão estará sujeita, nomeadamente no que respeita ao cenário resultante da pandemia COVID-19 e aos seus efeitos a nível nacional e internacional.

De salientar, também, que estes documentos são apresentados, pela primeira vez, de acordo com o novo referencial contabilístico SNC-AP, fazendo com que a comparabilidade com os documentos previsionais de 2020 não seja linear.

Apesar disto, muitas das regras mantêm-se e o Orçamento é elaborado num quadro de continuação de condições restritivas sobre as autarquias locais, desde logo no que se refere aos limites à previsão de receitas e ao endividamento e à previsão de fundos para assumir compromissos.

É, portanto, neste quadro que temos de fazer a nossa avaliação.

Verificámos, antes de mais, que o orçamento tem como grandes objetivos:

Continuar a gerir a autarquia e a promover os investimentos, de acordo com os grandes objetivos definidos no programa autárquico com que a CDU se apresentou ao eleitorado, para o presente mandato;

Dar continuidade à estratégia de rigor e de estabilização das finanças municipais, continuando a reduzir a dívida total, em especial a de curto prazo;

Fazer uma forte aposta nas Funções Sociais, destinando 65% do valor das Grande Opções do Plano, à Habitação e Serviços Coletivos, Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos e da Educação. Mas não esquecendo as Funções Económicas, a que destinou 21% das Grandes Opções, assim como à Defesa do Meio Ambiente, com 7%, o que corresponde a 4,7 milhões de euros.

Sendo um Município fortemente preocupado com as políticas de inclusão e de apoio aos mais necessitados, uma parte significativa dos recursos está, mais uma vez, destinada ao desenvolvimento urbano, dando continuidade à reabilitação e requalificação dos espaços públicos, dos monumentos históricos e dos bairros envelhecidos e degradados, na melhoria da segurança e da mobilidade e em atividades culturais, lúdicas e de lazer.

Reforçar os apoios aos projetos culturais e desportivos e ao associativismo e às organizações da juventude.

Dar continuidade aos importantes investimentos que têm vindo a ser executados no concelho, do quais se destacam: a terceira fase de Recuperação do Convento de Jesus, o Parque Urbano da Várzea, o terminal intermodal da Praça do Brasil, a requalificação da Av. dos Combatentes, a reabilitação da Rua Camilo Castelo Branco, da Rua do Arcos e da Rua Jorge Sousa, a reabilitação do Bairro das Manteigadas e o arranjo paisagístico da Rotunda Miguel Bombarda (junto ao Hospital), assim como a continuação da requalificação dos estabelecimentos escolares e a segunda fase da intervenção para evitar derrocadas na encosta do Forte de S. Filipe.

O investimento em serviços de transportes públicos de qualidade e com uma rede mais extensa, melhorando a mobilidade de setubalenses e azeitonenses.

Tudo isto, sem deixar de ter em conta os apoios que, a cada momento forem necessários disponibilizar para minorar os efeitos da pandemia, nem deixar de apostar na contínua melhoria dos serviços prestados à população, sem perder de vista o necessário rigor no controlo das despesas e, por isso, tentando aproveitar ao máximo, na realização dos investimentos, os apoios disponíveis a nível nacional e da União Europeia.

Trata-se, portanto, de documentos previsionais que revelam, mais uma vez, que apesar dos constrangimentos financeiros, continuará a existir investimento no concelho e a gestão da autarquia continuará a pautar-se pelo rigor e pelo cumprimento do Programa Eleitoral com que a CDU se apresentou ao eleitorado e que foi escrutinado no dia 1 de outubro de 2017 e que assim ficará cumprido nas suas vertentes essenciais.

Por tudo isto, iremos votar favoravelmente estes documentos.

Não queria deixar aqui de referir as preocupações que sempre surgem nesta altura, sobre o realismo ou não do orçamento e o grau com que ele irá ser cumprido. Isto tem vindo a ser referido todos os anos, de que também disseram o mesmo relativamente ao orçamento de 2019 e esse teve um grau de execução de 70%. Dentro de dias irei fazer 31 anos que pela primeira vez tomei posse nesta Assembleia Municipal, garanto-vos que esses 70% são um recorde nos últimos 30 anos e o PS uma coisa tem garantida, é que no final deste mandato, a Câmara Municipal não irá estar falida.

Suzel Costa (PAN) – A Proposta do Orçamento do Município para 2021 e das Grandes Opções do Plano para o próximo quadriénio, num contexto tão dramático como o que vivemos nestes últimos meses, em plena crise sanitária e de saúde pública provocada pela COVID 19, ao qual se somam uma crise económica e social no momento presente, com previsão de consequências ainda mais nefastas no próximo ano, exige-nos ainda maior rigor e responsabilidade acrescida na sua análise e votação. E é por isso, que não conseguimos compreender a apresentação de um orçamento da receita de 139 milhões de euros, o mais elevado de sempre, pelo menos neste mandato, em tempos que se sabe ser de contração das receitas correntes. Aliás, este mandato tem sido caracterizado por uma baixa Execução global do Orçamento da Receita, mas também por uma baixa taxa de execução das despesas, respetivamente 91.740.783 euros (aumento de 3,4% face a 2018) e 91.793.805 (75,0% em 2019, dados do anuário, bastante inferior à média nacional que é 86,1% no ano homólogo). Curiosamente, há um aumento da receita com alguns impostos diretos, e em particular do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis), numa altura de desaceleração económica, o que mostra que a especulação imobiliária prospera no concelho.

Mas aquela que é a mais grave crise que temos enfrentado nesta história recente, com primeira, segunda e terceira vagas, não se compara ao tsunami que nos espera num futuro muito próximo, a crise climática, cujo ponto de não retorno está à vista, apenas daqui a dez anos. Como um orçamento que é, espelha as prioridades de um executivo, não compreendemos a prevalência da política da aparência e do embelezamento, com despesas elevadíssimas em marketing e publicidade, enquanto são omissas verbas para programas “*housing first*” e de “*co-living*”, com recurso a bolsa de fogos em habitação municipal (apartamentos partilhados, numa bolsa criada para esse efeito), para auxiliar quem se vê privado de um bem fundamental como a habitação condigna, para todas e para todos, ou algo que contribua visivelmente para as metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa. Sei que neste orçamento há 172 mil euros para ciclovias, partilhadas ou não com peões, mas a dotação orçamental para bicicletas partilhadas, proposta já aprovada nesta Assembleia em 2018 e constante no PAMUS (Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal), um fundo municipal para apoiar a aquisição de bicicletas pelos municípios, os equipamentos de recolha de resíduos recicláveis com atribuição de valorização direta, as coberturas verdes e corredores ecológicos, uma rede de Ecocentros, tudo isto continua omissa ou encriptado.

O regulamento da gestão do património arbóreo já aprovado nesta Assembleia permanece em parte incerta.

Os apoios diretos no combate às crises da COVID19 e à crise socioeconómica por ela provocada, representam apenas 0,72% do orçamento municipal, 0,7% do orçamento do município, que não tem um plano municipal de combate ao desperdício alimentar e que recusa sequer equacionar propostas de introdução de uma moeda local para tornar a economia do concelho mais resiliente, mais circular, solidário e de proximidade. Na previsão orçamental, a verba a distribuir pelas instituições sem fins lucrativos é de 420 mil euros, enquanto as famílias recebem apenas 60 mil euros. Um montante manifestamente insuficiente para as famílias, num orçamento desta grandeza.

É por tudo isto e muito mais, porque não vou conseguir ter tempo de dizer, que irei votar contra este orçamento municipal, acima de tudo, porque sou defensora de uma cultura assente em valores de sustentabilidade, liberdade, compaixão, vitalidade e esperança. Isto é: a transformação da antiga praça de touros num espaço cultural multiusos com atividades tauromáquicas ou similares, esta opção do município é uma linha vermelha para o PAN, pois, acoberta um espaço cultural relevante e necessário, desbarata dinheiro dos municípios para melhorar as condições para a prática tauromáquica. Há uma manifesta inversão das

prioridades quanto às reais necessidades deste concelho, quando se investe em continuar a promover uma atividade violenta e retrógrada como a tauromaquia, sem expressão no concelho e, felizmente, em declínio. No que depender do PAN, a cidade do conhecimento não passará a ser a cidade do sofrimento!

Apenas referir, como nota de rodapé, que a capa do orçamento municipal, à semelhança da do ano anterior, com os roazes, é mais uma vez um prenúncio de morte que vem do canal norte e do da barra. O desassoreamento galopante das praias do concelho, decorrente das alterações climáticas, é certo, mas também das dragagens de aprofundamento desses canais no Sado.

Vítor Rosa (BE) – O Bloco abstém-se relativamente a este orçamento e às Grandes Opções do Plano, porque consideramos acima de tudo que ele poderia ter ido mais longe no conjunto de algumas rubricas. É afixado relativamente a novas construções que avançamos com 17 milhões, é uma das grandes Opções do Plano para os próximos anos. Queremos ver também, acima de tudo, se essa aplicação relativamente ao problema da habitação, que é um dos problemas mais graves do nosso concelho, se se reverte naquilo que são as grandes carências do ponto de vista social, nomeadamente em relação à habitação social e àquilo que se pretende fazer através do Conselho Municipal da Habitação.

Outra das matérias que consideramos relevante e daí a nossa abstenção, que é o aumento relativamente às questões da matéria do ambiente, aos projetos e àquilo que está a ser feito dentro da cidade, relativamente a algumas questões do ambiente, sendo críticos obviamente, relativamente a outras opções de gestão dentro deste orçamento.

Há um outro capítulo que é importante uma ação mais direta, que fugisse desta centralidade que é, e passando a redundância, a grande aposta novamente no centro da cidade, procurando abrir mais esta capacidade de investimento, capacidade de alargar a gestão deste município a outras áreas da cidade, a outras partes da cidade na sua periferia para que também ela sentisse que não existe só investimento dentro do centro da cidade, que todas as outras capacidades de intervenção podem ser alargadas e chegar a outros pontos dentro do concelho.

Nesse sentido e porque continuamos a manter alguma esperança de que a aplicação deste orçamento possa chegar a esses pontos daquilo que estamos aqui a referir, daí a nossa abstenção relativamente a este Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – O PSD irá votar contra este orçamento, porque entende que mais uma vez, o orçamento que aqui é apresentado continua a não ser real e mais uma vez não iremos verificar o seu grau de concretização. Um orçamento que apresenta 139 milhões de euros de receita, que numa época de crise tão difícil prevê apenas uma verba de 498.000,00€, 0,72% para a ação social, mas prevê 9.825.800,00€, 14% para a cultura. São estas as prioridades do executivo municipal, numa época em que temos desemprego, em que tivemos publicamente a restauração na qual o executivo quis também marcar presença. Um orçamento que numa época de crise, diminui os seus valores para o desenvolvimento económico.

Nas grandes Opções do Plano constatamos que as promessas que foram feitas publicamente pelo senhor vereador Carlos Rabaçal e pela senhora Presidente da realização das obras de saneamento básico na estrada de Vale da Rosa, bem como ainda na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra não vão ser cumpridas, mais quatro anos vamos juntar às largas décadas de vida, daquelas populações sem direito a saneamento básico e salubridade.

João Viegas (CDS/PP) – O CDS votará contra esta proposta de orçamento, por diversos aspetos. Tivemos a oportunidade ao longo dos últimos anos de referir que neste orçamento não está refletido aquilo que será a realidade socioeconómica do concelho. Foi pedido aos setubalenses através do pagamento dos impostos e como se verificou, quer na devolução do

IRS ao longo dos anos, quer também na questão do IMI e da Derrama, não tem sabido o executivo compensar o esforço dos setubalenses nos últimos anos, quando a situação supostamente já está mais aliviada. Perante aquilo que é a realidade atual, não nos parece que o orçamento do próximo ano, e aqui teriam obrigação acrescida de introduzir algumas alterações, seja uma das preocupações deste executivo. Uma das questões que apresentámos ao longo do último mandato, a tarifa social de água, em momento algum neste município foi feito esse esforço. Isto é uma forma de compensar aqueles, e ao contrário daquilo que foi aqui dito em relação ao IRS, esta é uma proposta que vai exatamente de encontro àquilo que são as necessidades dessas pessoas e aqueles que neste momento mais precisam de apoio. Em relação a todas estas matérias não nos parece outra opção, senão votar contra.

Vice-Presidente da Câmara – Depois das intervenções que foram feitas por alguns dos senhores deputados parece que estou num outro município, que não o da realidade concreta do concelho de Setúbal e da gestão orçamental que ao longo dos anos tem vindo a ser feita, através dos orçamentos que tem vindo a ser aprovados e das obras que temos feito com esses orçamentos.

Respondendo ao senhor deputado Mário Aranha, quando as políticas têm bons resultados não se invertem, segue-se sempre em frente, só se deve arredar do caminho quando estamos à beira do precipício ou quando estamos quase na insolvência, como estávamos no ano de 2000, nessa altura tivemos que arredar caminho que foi feito através do reequilíbrio financeiro. Na altura em que o município saiu das mãos do Partido Socialista estava quase na insolvência, mas agora não se encontra nessa situação, porque agora respiramos e temos o trabalho feito. Alguns deputados vêm aqui dizer se este documento é ou não realista, falando sobre o seu grau de execução, mas será que não ouviram a intervenção do senhor deputado Afonso Luz, da CDU? Na realidade nós somos dos antigos da casa, e certamente nunca o senhor deputado Mário Aranha assistiu, a uma taxa de execução como aquela a que estamos a atingir. Entrámos na casa dos 70% de execução, mas quando estava na oposição, no tempo do executivo do Partido Socialista, as taxas eram de 30%, eram os orçamentos de um terço. Estamos a cumprir, estamos a executar e o senhor deputado poderá constatar que a execução em 2020 ainda vai subir um pouco mais. O senhor deputado Mário Aranha tentou enumerar algumas coisas que não se fazem, obviamente não fazemos tudo, como é o exemplo dos pavilhões desportivos que o Governo deveria fazer, mas não fez, ainda estamos à espera do pavilhão da escola D. Manuel Martins. Há competências que cabem ao Governo, mas que não o fazem, como é caso do Forte de S. Filipe e do Convento de Jesus, são obras do Estado feitas pelo Município de Setúbal. Tudo isto saiu dos cofres do município ao mesmo tempo que ao longo dos anos teve que recuperar a brutal dívida que o Partido Socialista deixou. Hoje não estamos na atual situação nos critérios de saneamento financeiro, de desequilíbrio financeiro e estrutural, suportámos a dívida ao mesmo tempo que fizemos obra.

Os senhores não veem obra feita? Em que município estão? Falam de saneamento e não conseguem ver o que se está a fazer e o que já foi feito?

Não veem as intervenções estruturais na Ribeira do Livramento, no Rio da Figueira, na estação elevatória nos Combatentes? Não deram por isso? Não veem a obra da Várzea, obra hidráulica de contenção de cheias?

Quanto à obra que o senhor deputado Pedro Vieitas citou no saneamento do Vale da Rosa, não tarda muito a obra estará a arrancar.

Relativamente à habitação, será que foram os municípios do Partido Socialista que construíram habitação social dos seus orçamentos ou será que estão como está todo o país à espera da bazuca financeira? Por proposta e participação do PCP e não do PS, o programa de recuperação e resiliência dos três mil milhões de euros, que já foi anunciado, mas que não se

sabe onde vão ser aplicados, o país finalmente terá meios para fazer uma intervenção estrutural na habitação. Quero que o Governo cumpra aquilo que deve fazer, distribuir esses meios de forma a que os municípios participem com meios financeiros para fazer uma intervenção estrutural na habitação, que é precisa para muitas famílias que não têm rendimentos, mesmo trabalhando, e para aqueles que não trabalhando carecem de apoio social para terem habitação.

Esses meios não estão nos municípios quer sejam PS, PSD ou CDS, mas agora temos que estar atentos e juntarmos, para que nesta área da habitação se faça uma intervenção, assim como na recuperação e na renovação das infraestruturas do país, a nível de saneamento básico ou das águas, que foram construídos há já 40 anos e tem que ser renovadas. Sem meios financeiros extraordinários para o país não vai ser possível e não será através dos orçamentos municipais que haverá disponibilidade.

Os senhores deputados têm que entender, que não se pode esmifrar os orçamentos municipais de forma a dar mais responsabilidades e competências, seja para reparar as escolas do ensino básico e ensino secundário, seja para manter os centros de saúde, seja para adquirir novas competências, por essa razão temos recusado todas as competências. No concelho de Setúbal, aquilo que é da responsabilidade do Estado, na sua maioria é a câmara que tem feito, gerindo o seu orçamento, por essa razão os prazos de pagamento não são aqueles que nós pretendíamos. lembram-se do empréstimo, de doze milhões de euros para o saneamento financeiro, para o reequilíbrio, que este município andou durante três anos para conseguir?

Lembram-se dois anos e meio depois, quase no terceiro ano, o Tribunal de Contas veio dizer que já não se justificava que não havia condições?

Esse doze milhões serviriam para aquilo que o senhor deputado referiu. Tal como fizemos no contrato de reequilíbrio financeiro, vamos substituir dívida mais cara, substituímos juros mais altos por juros mais baixos negociando diretamente com a banca. Fizemos a melhor gestão possível na redução dos custos financeiros, dos encargos de dívida, só não fizemos mais, porque o Tribunal de Contas levou cerca de três anos a apreciar uma proposta de autorização de empréstimo, que iria contribuir muitíssimo para reduzir esse encargo. No final dos três anos o Tribunal de Contas decidiu que o Município de Setúbal não iria precisar do empréstimo e como tal não autorizou. Com aqueles doze milhões de euros poder-se-ia fazer o “saneamento”, faria muito trabalho de redução dos encargos com o serviço da dívida, que na sua maioria tinha sido deixada pelo Partido Socialista. Gerir este município com o fardo de dívida que tínhamos e que fomos aligeirando, que hoje já não nos pesa, um fardo da dívida do PS que foi resolvido pela CDU.

Quanto aos apoios à economia, descontando aquela da moeda local que é a nossa incompreensão maior, se nós já tivéssemos entendido os benefícios da moeda local, provavelmente já teríamos avançado para ela, mas isso ainda nos escapa ao nosso entendimento, não somos capazes de resolver esse dilema, porque só vemos uma grande razão para dar um contributo significativo à nossa economia local. Hoje a economia é local, é regional, é nacional ela funciona como um todo.

Estamos a assistir a decisões na Europa de grandes meios financeiros para combater os efeitos da crise, eles aí vêm, agora não venham discutir tostões com os orçamentos municipais, e vamos ver como se aplicam os milhões que estão nos orçamentos do Estado. Se vai haver apoio na habitação ou não é aí que reside a questão, se vai haver o apoio social digno desse nome, que vá colmatar as necessidades das que já não têm rendimentos ou que têm uma redução grande nos seus rendimentos. Não é com uma redução nas taxas de ocupação de via pública que apoiamos o comércio, é com medidas de peso e o Ministro da Economia do Governo do Partido Socialista está a anunciar medidas dessas, porque o dinheiro está a chegar, foi dito na semana passada que tinha chegado três mil milhões de euros. É nessas políticas de

distribuição que temos de pressionar, para que o dinheiro chegue onde é necessário e não nos orçamentos municipais. Temos de ter a noção da nossa humildade, temos de gerir bem o nosso concelho que é a nossa casinha, mas não podemos resolver os problemas da má gestão de quem tem o parque todo ao abandono que é gerido pelo Governo.

Vamo-nos ajudar uns aos outros e pressionar o Governo para gerir melhor, tal como nós aqui temos feito ao longo destes quatro mandatos, de que nos orgulhamos, permitindo chegar a uma situação de desafio.

Não estamos aflitos financeiramente, temos obra feita que toda a gente poder ver, que só não vê quem não quer ver e olha para o lado.

Este orçamento reflete esta evolução no controlo da dívida, hoje já não é um afogamento, é um investimento contínuo, de intervenção nas infraestruturas da cidade, modernização com sustentabilidade e sem megalomanias, recuperação do tecido urbano, recuperação e melhoramento daquilo que é património municipal e com isso cativamos investimentos para esta cidade, em função daquilo que é o tratamento da nossa casinha, que julgamos que fizemos bem.

Para 2021 temos um orçamento de ponto de partida, esperemos que este orçamento seja uma gota de água naqueles muitos milhões que hão de vir nos programas da bazuca. Umas físgas com alguma força já nos chegava, não era preciso uma bazuca. Se este orçamento tivesse apoios para todos os municípios, com uma repartição de receitas que o Estado poderá vir a disponibilizar em grande quantidade, certamente poderemos fazer muita obra a bem do nosso povo, da nossa população. Este orçamento é para fazer isso.

Encontrava-se ausente da sala o senhor Deputado Municipal João Fidalgo do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, 14 votos contra, 8 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, e 2 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Proposta do Orçamento do Município para 2021 e das Grandes Opções do Plano para o próximo quadriénio, num contexto tão dramático como o que vivemos nestes últimos meses, em plena crise sanitária e de saúde pública provocada pela COVID 19, ao qual se somam uma crise económica e social no momento presente, com previsão de consequências ainda mais nefastas no próximo ano, exige-nos ainda maior rigor e responsabilidade acrescida na sua análise.*

E é por isso, que não conseguimos compreender a apresentação de um orçamento da receita de 139 milhões, o mais elevado de sempre, em tempos que se sabe serão de contração das receitas correntes. Aliás, este mandato tem sido caracterizado por uma baixa Execução global do Orçamento da Receita, mas também por uma baixa taxa de execução das despesas, respetivamente 91.740.783 euros (aumento de 3,4% face a 2018) e 91.793.805 (75,0%, bastante inferior à média nacional de 86,1%) no ano homólogo. Curiosamente, há um aumento da receita com impostos diretos, e em particular do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis), 9 milhões 869 mil euros face aos 7 milhões 744.900 euros numa altura de desaceleração económica, o que mostra que a especulação imobiliária prospera no concelho.

Mas aquela que é a mais grave crise que temos enfrentado na história recente, com primeira, segunda e terceira vagas, não se compara ao tsunami que nos espera num futuro muito próximo, a crise climática, cujo ponto de não retorno está à vista: é daqui a menos de 10 anos... Como um orçamento que é espelha as prioridades de um executivo, não compreendemos a prevalência da política da aparência e do embelezamento, com despesas elevadíssimas em marketing e publicidade, enquanto são omissas verbas para programas housing first e de co-living, com recurso a bolsa de fogos em habitação municipal (apartamentos partilhados, numa bolsa criada para o efeito), para auxiliar quem se vê privado de um bem fundamental como a habitação condigna. Ou algo que contribua visivelmente para as metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa. Sei que há 172 mil euros para ciclovias, partilhadas ou não com peões, mas a dotação orçamental para bicicletas partilhadas, proposta aprovada nesta assembleia municipal em 2018 e constante no PAMUS (Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal), um fundo municipal para apoiar a aquisição de bicicletas pelos municípios, os equipamentos de recolha de resíduos recicláveis com atribuição de valorização direta, as coberturas verdes e corredores ecológicos, uma rede de Ecocentros, tudo isto continua omissos ou encriptado... E o regulamento da gestão do património arbóreo já aprovado nesta assembleia permanece em parte incerta.

Os apoios diretos no combate às crises da COVID19 e à crise socioeconómica por ela provocada, representam apenas 0,72% do OM, 0,7% (um aumento residual face aos 0,68% previstos no ano de 2019) do Orçamento de um município sem um plano municipal de combate ao desperdício alimentar e que recusa sequer equacionar propostas de introdução de uma moeda local para tornar a economia do concelho mais resiliente, solidária, circular e de proximidade. Na previsão orçamental, a verba a distribuir pelas instituições sem fins lucrativos é de 420 mil euros, enquanto as famílias recebem 60 mil euros. Um montante manifestamente insuficiente para as famílias, num Orçamento desta grandeza.

Apenas podemos esperar não vir a assistir num futuro próximo ao argumento da falta de verba para justificar a não concretização do que é suposto e exigível fazer, uma vez que a nossa proposta de corte na despesa, através da adoção de software livre e “open source”, foi mais uma vez rejeitada (pagamos 1.175.700 euros em licenças de software) e a dotação orçamental do departamento de Comunicação, imagem e turismo é de 10 milhões e 400 mil euros, investir em quimeras, no ano de 2021.

Mais, estranhámos que quando toda a sociedade se adaptou depressa a novos modos de comunicação devido à pandemia, estas sessões e as da Câmara continuem de quarentena, trancadas entre 4 paredes, sem transmissão online, dificultando o escrutínio e a participação dos cidadãos.

Há aspetos positivos? Sim, mal estaríamos se não os houvesse. Diminuiu o endividamento municipal, mas apenas 14% dos 308 municípios portugueses apresentam PMP (prazo médio de pagamentos a fornecedores) superior a 90 dias e Setúbal possui o maior de entre os grandes (192 dias, 2019). Tem havido um esforço no que respeita aos anseios do PAN e dos municípios em geral quanto à saúde e ao bem-estar animal, em particular a criação do SEMBEA, as melhorias no CROAC, o alojamento de cães em parques de matilhas (ainda que de pequena dimensão), o projeto CED, a revisão do regulamento municipal de saúde e bem-estar. Mas as respostas até ao momento são claramente insuficientes face às recomendações que já foram aprovadas nesta assembleia e cujas dotações orçamentais não se encontram discriminadas. E nós bem sabemos que aquilo que não está escrito não existe, e que à mulher de César não basta ser é preciso parecer. Falo da rede de pombais contraceptivos, da Rede municipal de parques caninos, do apoio à esterilização de animais de famílias carenciadas, em particular, e aos anseios de uma população mais empática, no geral.

E é por isto que irei votar contra este OM e, acima de tudo, porque sou defensora acima de tudo de uma cultura assente em valores de sustentabilidade, liberdade, compaixão, vitalidade e esperança. Isto e a transformação da antiga praça de touros num espaço cultural multiusos COM atividades tauromáquicas ou similares. Esta opção do município é uma linha vermelha para o PAN, pois, a coberto de um espaço cultural relevante e necessário, desbarata dinheiro dos munícipes para melhorar as condições para a prática tauromáquica. Há uma manifesta inversão das prioridades quanto às reais necessidades do concelho quando se investe em continuar a promover uma atividade violenta e retrógrada como a tauromaquia, sem expressão no concelho e, felizmente, em declínio. No que depender do PAN, a cidade do conhecimento não passará a ser a cidade do sofrimento!

Apenas referir, como nota de rodapé, que a capa do OM, à semelhança da do ano anterior, com os roazes, é mais uma vez um prenúncio de morte... que vem do Canal Norte e do da Barra: o desassoreamento galopante das praias do concelho, decorrente das alterações climáticas e das dragagens de aprofundamento desses canais no Sado.”

4. Deliberação n.º 244/20 – Proposta n.º 61/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua General Daniel de Sousa, União de Freguesias de Setúbal

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU e 3 do PS, e 2 abstenções, 1 do PPD/PSD e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Sobre esta proposta apenas um esclarecimento e talvez uma ideia de sensibilização, sobre aquilo que se vai inutilizar em termos de área pública. Existe uma construção que não sei se é totalmente possível a sua legalização. Considerando que aquele espaço vem à posse da câmara por razões de operações urbanísticas, que nós não vamos inviabilizar, mas sensibilizar, aquela construção não tem nada a ver com o meio onde se insere, do ponto de vista urbanístico. Venho só deixar este alerta para que a tentativa de legalizar uma construção que, para além do facto de se inutilizar o espaço público, podia ter outro destino como seria o caso do estacionamento, que faz falta naquela área. Deixo aqui expresso as duas preocupações.

Regressou à sala o senhor Deputado Municipal João Fidalgo do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

5. Deliberação n.º 312/20 – Proposta n.º 12/2020 – GAP – Proposta de pronúncia da Câmara Municipal de Setúbal, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, por alteração dos Decretos-Lei n.º 21/2019 e n.º 23/2019 – Quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais nos domínios da Educação e da Saúde

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 6 votos a favor, 4 da CDU, 1 do BE e 1 de AC, e 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 3 da CDU, 1 do BE e 1 do CDS-PP, e 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

Tiago Pereira (PS) – A descentralização é relevante, pois, traz as decisões para perto das populações, valoriza o facto de estarmos mais perto das populações e ajudará a decidir melhor no futuro. Entendemos que nas áreas da educação e da saúde deve existir uma maior reflexão e negociação entre as partes, do ponto de vista financeiro. Sabemos que este processo tem tido alguns problemas, mas estamos cientes que devem ser ultrapassados, verificados e negociados caso a caso. A CDU, por questões ideológicas, não tem feito este percurso e é contra. A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal continua a acreditar que vai ser uma realidade para breve, a descentralização de competências. Por estas razões, vamo-nos abster nesta votação.

João Luz (CDU) – As razões que nos levam a esta recusa da transferência de competências, neste momento, são explícitas já noutros momentos na Assembleia Municipal, onde discutimos esta matéria e mantemos no fundamental os mesmos argumentos. No entanto, a propósito desta última intervenção da bancada do Partido Socialista, seria interessante que por razões ideológicas, tivessem escutado designadamente o senhor presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, que esteve aqui em Setúbal, numa iniciativa promovida pelo Jornal de Notícias e pela Câmara Municipal, a propósito das temáticas da regionalização e da descentralização. Certamente, por razões políticas e ideológicas, a bancada do Partido Socialista em Setúbal teria algumas coisas a aprender.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Que fique bem claro, que o PSD é completamente a favor da descentralização das competências para as câmaras municipais. Até porque é uma medida que fica muito mais próximo da população, uma vez que as câmaras e as juntas de freguesia conhecem os problemas das cidades, do que o próprio Governo.

Atendendo que a CDU votou a favor, porque servir esta descentralização como uma regionalização, porque a CDU prefere a regionalização em vez de descentralização.

Até por que, nem comunicou no tempo devido ao Governo se era a favor ou não, pura e simplesmente deu um “*nim*”, nem não nem sim, foi nada.

Foi falado na comissão que o PSD não é preciso valores, temos na região de Lisboa e Vale do Tejo câmaras, cujos cofres não estão falidos, como o Vice-Presidente disse e que faz exatamente muitas das competências que nem sequer lhes são atribuídas, em prol da população e das escolas. Posso-lhe dar o exemplo da Junta de Freguesia de Arroios, que nem sequer é da minha cor política, com o comércio, com as pessoas mais carenciadas criou um

sistema de vales para ir fazer as compras na sua área de freguesia. Poderá começar e faz muito mais situações, porque não querem a regionalização, mas querem sim, competências para fazer mais. Disse isto na comissão e salientei isto: “o querer é conseguir fazer”, não é primeiro saber quanto é que vão receber. Isto é a necessidade primeiro do povo e a lutar sempre por uma dita regionalização.

João Luz (CDU) – Confesso ter ficado um pouco confuso, com alguma dificuldade da minha parte em entender o que aqui foi dito. De qualquer das formas tentar expressar um pouco daquilo que é a nossa posição sobre esta matéria, que julgava que era conhecida e sobre a qual não haveriam dúvidas, mas pelos vistos elas estão presentes.

Nós não temos rigorosamente nada contra processos de descentralização, aliás, entendemos que a regionalização é um processo de descentralização e sem o qual não há uma verdadeira descentralização e que ao nosso país falta um patamar da Administração Pública. Entendemos que aquelas forças políticas que aprovaram a Constituição da República Portuguesa, estarão de acordo com este comando constitucional de efetivação de um patamar autárquico regional no nosso país. Há uma questão que é recorrente, quem está mais perto faz melhor. Muitas vezes é verdade, mas nem sempre é assim, tanto é verdade que a Câmara Municipal assumiu um conjunto de responsabilidades que não são suas e resolveu-as, deu-lhes resposta com base na negociação, com base na discussão, com base naquilo que é a assunção de compromissos por parte do município, mas também da Administração Central, para resolver alguns dos problemas que existem no concelho. É interessante ver, que a propósito desta ideia da descentralização e do princípio da subsidiariedade, como se fosse um dogma absoluto “quem está mais perto faz melhor”, queiram atomizar um conjunto de direitos universais.

Em matérias como a educação e como a saúde, que são matérias que correspondem ao exercício de direitos universais e que devem ser assegurados a todos os cidadãos deste país, independentemente do concelho onde vivem, aquilo que nos vêm propor, no quadro de uma transferência de um ónus e da transferência de custos para as autarquias locais, é dizer que o cidadão de um determinado concelho pode ter direito a um determinado nível de saúde, no concelho ao lado, tem um outro distinto, sendo que o mesmo se passa ao nível da educação. É esta a concessão de um país atomizado de município a município, em que o Estado se desresponsabiliza, em que estranhamente, pelas mãos de um Partido Socialista aquilo que se faz é diminuir o Estado e a Administração Central, tornando o Estado mínimo em termos da Administração Central, perdendo competências, perdendo capacidade de intervenção e decisão e atirando para as autarquias o ónus da resolução dos problemas.

É este processo de reconfiguração do Estado com o qual nós não estamos de acordo e vamos ver as consequências. As consequências são, 308 municípios, muitos dos quais sem capacidade, pela sua dimensão e pela sua estrutura, de responder a um conjunto de competências que os senhores querem transferir para esses municípios, e a consequência disto vai ser a concessão a privados, a privatização de um conjunto de aspetos e de matérias transferidas.

Uma vez mais aquilo que está em cima da mesa é uma opção liberal, uma opção da nova Administração Pública que os senhores sempre quiseram, sempre colocaram em cima da mesa. Não é por acaso que este é mais um acordo entre PS e PSD relativamente à administração do Estado.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 19 da CDU, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 13 abstenções, 9 do PS e 4 do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

6. Deliberação n.º 313/20 – Proposta n.º 13/2020 – GAP – Proposta de pronúncia da Câmara Municipal de Setúbal, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da Ação Social

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por maioria, com 6 votos a favor, 4 da CDU, 1 do BE e 1 de AC, e 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PPD/PSD e, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer desfavorável, por maioria, com 5 votos a favor, 3 da CDU, 1 do BE e 1 do CDS-PP, e 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 19 da CDU, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, 8 votos contra do PS e 5 abstenções, 1 do PS e 4 do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

7. Deliberação n.º 337/20 – Proposta n.º 15/2020 – GAP – Concurso público para a contratação de leasing imobiliário “PM 25/Setúbal – Edifício da Praça do Bocage” – Proposta de decisão de adjudicação

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 6 votos a favor, 4 da CDU e 2 do PS, e 2 abstenções, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Encontrava-se ausente da sala o Deputado Municipal João Fidalgo do PS.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 19 da CDU, 8 do PS e 1 de AC, 1 voto contra do PAN e 7 abstenções, 4 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

8. Deliberação n.º 338/20 – Proposta n.º 72/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Prestação de serviços de auditoria externa e revisão legal de contas para o ano de 2020 – Paq. n.º 2958/2020/DAF – Ajuste direto n.º 320/2020/DAF/DICOMP/SECOMP

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 6 votos a favor, 4 da CDU e 2 do PS, e 2 abstenções, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Regressou à sala o Deputado Municipal João Fidalgo do PS.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 7 abstenções, 4 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

9. Deliberação n.º 355/20 – Proposta n.º 79/2020 – DAF/DICONT/SERGE – Hasta pública para alienação de um conjunto de prédios urbanos, sito em Rua Arronches Junqueiro, Travessa Francisco Pereira e Rua do Eito, União de Freguesias de Setúbal

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 do PPD/PSD, e 3 votos contra, 2 do PS e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 4 votos a favor da CDU, e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PAN, e 1 abstenção do PPD/PSD. O Presidente exerceu o voto de qualidade, no sentido da aprovação do parecer, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Sendo um imóvel que foi adquirido já neste mandato e situando-se dentro do ARU, não será uma boa oportunidade em remodelar este imóvel, traduzi-lo em habitação no centro da cidade ou em residências para jovens?
Esta é pergunta que queria que me respondessem, dentro da política de habitação da câmara.

Manuel Fernandes (PS) – A minha intervenção é feita na sequência daquilo que foi a intervenção do senhor Vice-Presidente ainda há pouco. Vejam como são as coisas, está à espera de uma bazuca da União Europeia para fazer política de habitação. O senhor Vice-Presidente tem um “rastilho” e mete-o debaixo de água.

A hasta pública para alienação de um conjunto de prédios urbanos, sito na Rua Arronches Junqueiro, Travessa Francisco Pereira e Rua do Eito, este conjunto de prédios urbanos encontra-se na posse do Município de Setúbal e para aqui, consta na proposta, a Universidade Sénior.

Ainda há três meses discutimos a estratégia local de habitação à qual o PS apontou pouca ambição no projeto proposto apresentado pelo executivo. Este conjunto de prédios urbanos poderiam e deveriam fazer parte da resposta às necessidades de habitação do concelho de Setúbal. Através da nova geração de políticas de habitação foram criadas várias alternativas para responder às dificuldades de habitação, entre elas, posso-lhe dar dois exemplos: “A Habitação Acessível”, que é um programa criado dentro do contexto da nova geração de políticas de habitação, “O Reabilitar para Arrendar” ou mesmo o programa “Chave na Mão” que serve, por exemplo, a estudantes ou cidadãos em mobilidade de trabalho.

São carências habitacionais da nova geração de políticas de habitação e Vossa Excelência tinha à mão uma capacidade de responder a essa gente, que é, por exemplo, a classe média. Estamos a falar de “Habitação Acessível”, de “Reabilitar para Arrendar” que é cerca de 30%,

abaixo do custo de mercado e Vossa Excelência tinha em seu poder uma capacidade de resposta para esta gente, para a habitação da classe média.

Onde é que o senhor Vice-Presidente se coloca ao defender esta proposta?

Coloca-se nas mãos dos especuladores imobiliários. Adquiriu este património imobiliário por um determinado valor, cerca de oitocentos mil euros e vai colocá-lo à venda por dois milhões de euros.

Se isto não é especulação imobiliária, estamos a falar do quê?

Isto em vez de ser utilizado para servir a população, Vossa Excelência contribui para as dificuldades do acesso à habitação, nomeadamente com rastilhos na mão.

Senhor Vice-Presidente, o Partido Socialista não acompanha esta proposta.

Vítor Rosa (BE) – O grupo municipal do Bloco de Esquerda vota contra esta proposta, porque vemos nela mais uma operação imobiliária por parte do executivo, que em nada ajuda à recuperação de uma parte do centro histórico da cidade, com sustentabilidade e com outras alternativas, para além do mero negócio imobiliário, que recapitalizará estes edifícios para mais um hotel ou alojamento local, quando a retoma turística o permitir ou a construção de outros edifícios de habitação, com vendas ou eventuais rendas fora do alcance da maioria dos cidadãos de Setúbal. Dizia o senhor Vice-Presidente e também a senhora Vereadora, quando questionados nas comissões, que esta recuperação no investimento relativamente a estes equipamentos seria demasiado oneroso para a câmara, que poderia rondar na ordem dos dois milhões de euros, como valor estimado.

Para a compra da instalação de mais um posto de turismo, no valor de mais de meio milhão de euros, com encargos financeiros, também não foi oneroso?

A compra do IMA Parque, que custou quatro milhões e quatrocentos mil euros, onde continua apenas a existir um Outdoor a dizer que vai ser um ninho de empresas e que irá substituir o Mercado Abastecedor, do qual se continua a ter encargos ano após ano, do Parque TIR também fará parte e do qual também se gastou dinheiro, também não foi oneroso?

Outros exemplos que poderíamos apontar, como a Praça de Touros ou o espaço destinado à Casa das Artes que também afinal foi para a hasta pública, aprovado recentemente nesta Assembleia.

Poderemos considerar que esta é mais uma medida de gestão errada, outras alternativas seriam possíveis e bem mais interessantes para dar vida a estes edifícios, dos quais o executivo abdica em prol de mais um negócio imobiliário.

Vice-Presidente da Câmara – A intervenção da senhora deputada Carla Vilhena e a intervenção das famosas políticas de habitação do senhor deputado Manuel Fernandes, que tantas vezes nos tem ilustrado, não conseguiram ainda fazer compreender as condições da sua realização. Não se trata de questão de competências, ninguém rejeita as competências. Os senhores deputados têm plena competência e direito legal de comprar uma bela habitação que tenha 4/5 assoalhadas, mas os senhores compram se tiverem o dinheiro. Para realizar as políticas sociais é a mesma coisa, as câmaras também têm e não a rejeitam, mas para realizarem essas competências têm de que ter os meios e é essa a questão, o mesmo é na gestão do património imobiliário, ainda não temos as ferramentas que permitam a rentabilização do património imobiliário que pretendemos.

Esta operação é uma oportunidade, não é para especulação, não é em proveito privado que estamos a fazer nesta venda, mas uma gestão ponderada. Os estudos e cálculos só foram feitos depois da aquisição do edifício. A nossa expectativa é para cumprir as funções que foram aqui indicadas, servir para habitação, servir para a consolidação da malha urbana no miolo da cidade. Para Vossas Excelências umas vezes o mercado é a salvação do mundo, outras vezes é

o altar do demónio. O que a câmara faz é um ato de gestão do património, se não tem meios nos próximos tempos de investir naquilo que supunha não ser tanto para os fins que pretendia, então terá que procurar esses fins de outra forma. A manutenção da degradação não é a melhor solução para ninguém.

Aceito melhor as críticas que foram feitas pelo deputado Vítor Rosa, colocando opções no prato da balança. É uma verdade que sempre existem opções, mas quando as oportunidades surgem as operações concentram-se. Há vezes há oportunidades de negócio que não se podem perder, em determinadas alturas é uma boa compra e noutras alturas é uma boa oportunidade de venda, mas não é preciso demonizarmos o mercado para fazer isso, nem sacralizarmos o mercado. O mercado existe e a gestão do património também tem que ser feita.

Este é um ato de gestão que pode certamente ser criticável, mas não é para cumprir esses desideratos de política social que o seu Governo ainda não disponibilizou os meios para que isso possa acontecer, mas nós continuamos a pressionar para que aconteça.

O que se trata aqui é de uma gestão de património.

Manuel Fernandes (PS) – Senhor Vice-Presidente, é sempre um prazer ouvi-lo falar como se fosse um capitalista, nada mais me dará esse prazer! Aliás, não são muitas as oportunidades que tenho.

O senhor Vice-Presidente, diz que falta aquele catalisador que é o dinheiro e eu já os mencionei precisamente, porque existe solução para a falta do dinheiro, bastava que a opção política fosse essa. Para “Habitação Acessível”, “Reabilitar para Arrendar” ou para o programa “Chave na Mão” existe financiamento, que o executivo camarário pode dispor através da legislação que já está provada e que o seu partido contribuiu, ao abrigo do Banco Europeu de Investimentos e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa. Estes programas, para este tipo de património imobiliário que existe na mão dos municípios. Se lhes quiserem dar este uso ao serviço da população, tem esta capacidade de financiamento que estão ao seu dispor, basta que o executivo pretenda fazê-lo e para terá que se candidatar.

Este decreto-lei tem um ano e permite capacidade de financiamento, mas um ano depois em vez de se candidatar a esse financiamento está a alienar património. Está clara a opção política.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Fiquei admirada com o senhor Vice-Presidente, em ter dito o meu nome naquilo que disse neste ponto, porque não faz sentido nenhum. Tenho de concordar com a pessoa que falou anteriormente, porque na realidade parece um capitalista e isso é bom e agradável pela delegação de competências, é agradável ouvir isso da sua boca.

Proponho que faça uma pequena ronda à sua equipa de vereação, para ver se estão todos de acordo consigo, aí é que seria o capitalismo em pleno.

Encontrava-se ausente da sala o Deputado Municipal João Fidalgo do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, 11 votos contra, 8 do PS, 2 do BE e 1 do PAN, e 5 abstenções, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

10. Deliberação n.º 356/20 – Proposta n.º 80/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta pública para alienação de um prédio urbano, sito em Rua de Cabo Verde, lote 38, fração “D”, da União de Freguesias de Setúbal

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 do PPD/PSD, 2 votos contra do PS e 1 abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU e 3 do PS, e 2 abstenções, 1 do PPD/PSD e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Regressou à sala o Deputado Municipal João Fidalgo do PS, mas estava ausente da sala o Deputado Municipal Mário Aranha do PS.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Este imóvel que a câmara pretende vender em hasta pública, tem como licença de utilização uma garagem que a câmara há 20 anos utiliza para outros fins. Aquilo que me preocupa, tendo em vista o alargamento da mobilidade a pagar, para que o próximo adquirente não tenha possibilidade de mudar o uso e que o imóvel seja destinado a garagem, porque senão, há uma grande incoerência. A gestão do património está correta, mas se vão mudar o uso, apesar da câmara ter utilizado para outros fins todos estes anos, desvirtuou uma licença. Espero que integrado na política de mobilidade e no estacionamento tarifado, que a câmara pretende impor, isto não seja permitido, a mudança de uso.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 19 da CDU, 8 do PS e 1 de AC, e 8 abstenções, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

11. Deliberação n.º 357/20 – Proposta n.º 81/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência de parcela de terreno, para construção de equipamento social, à Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (APPDA) de Setúbal, em Pinhal de Negreiros – Brejos de Azeitão

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer desfavorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

Diamantino Estanislau (CDU) – Chamar a atenção que o título desta proposta não está correto, porque o espaço que vai ser cedido, não é Pinhal de Negreiros, é na Urbanização da Brejoeira. Como vem aqui explicado que houve uma cedência anterior, que depois foi alterada, neste momento este espaço que vai ser atribuído é na Urbanização da Brejoeira.

Alertar para fazer esta correção no título da proposta, porque pode induzir em erro, isto ainda fica muito afastado do Pinhal de Negreiros.

Presidente da Mesa – Deve ter sido um lapso e será na Urbanização da Brejoeira.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Há alguma razão especial para que esta cedência seja onerosa, quando tem sido hábito a câmara fazer a cedência a título gratuito?

Embora o valor seja irrisório e não haja nenhum relatório de avaliação, era só para ficar esclarecido, porque é a diferença de critérios.

Regressou à sala o Deputado Municipal Mário Aranha do PS.

Vice-Presidente da Câmara – Lamento, mas, de momento, não lhe consigo explicar esse ânimo capitalista, desses 300,00€ anuais. Não me recordo há muito tempo de ter sido dado em direito de superfície um terreno e se teve ou não o canon superficiário, nem sei dizer se é legalmente obrigatório, mas julgo que não. É simbólico e foi acordado com os interessados. Não há nenhuma razão especial, mas não lhe sei dizer, se está aí por ser obrigatório. Como sabe, 300,00€ por ano, é uma verba simbólica, nada capitalista.

Presidente da Mesa – Isto pode estar relacionado com a cedência do terreno anterior em Pinhal de Negreiros e que depois foi retirado, mas não sei dizer mais do que isso. Lembro-me de ter sido cedida parcela em Pinhal de Negreiros, entretanto foi retirado, porque não houve construção, passaram os anos, tinha um prazo para que isso acontecesse. Eventualmente pode estar relacionado com essa situação.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, com a respetiva alteração, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

12. Deliberação n.º 362/20 – Proposta n.º 19/2020 – DAAE/SEMBEA – Regulamento de Voluntariado do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Setúbal

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Suzel Costa (PAN) – Felicitar em particular, a senhora vereadora Carla Guerreiro, pela criação deste Regulamento Municipal de Voluntariado no CROAC, hoje aqui sujeita a apreciação e votação. A cidadania também se exerce nas relações solidárias que se estabelecem com os outros, tenham eles pernas ou patas. Não se pense que esta é apenas uma ocupação dos tempos livres de quem nada tem mais que fazer ou a pensar, ou que é feito por aquelas pessoas muito bondosas, que tem um coração gigante e que assim colmatam falhas e carências, um lugar-comum, que se diz em países como o nosso, com fraca educação e cultura cívica. A data desta aprovação deste regulamento também não podia ter sido mais bem escolhida, no passado dia 5 de dezembro, celebrou-se o Dia Internacional do Voluntariado, que pretende incentivar e valorizar o trabalho voluntário, porque é de trabalho que aqui se trata, não remunerado é certo, mas que envolve igualmente esforço, responsabilidade e

cumprimento de regras e é isso que este regulamento aqui nos traz. Destacamos ainda neste regulamento pela positiva, a possibilidade de os jovens com idade igual ou superior a 14 anos efetuarem voluntariado desde sempre. É de facto, assim, que se educa para o voluntariado e é, de facto, assim que se educa para a cidadania.

Mas temos que discordar, temos sempre que discordar nalgum ponto e neste caso, no ponto 1 do artigo 8, no essencial, na forma como foi redigido. Bem sabemos que o que aqui está plasmado é o que está na lei, ainda que sabemos que nem sempre as leis são as mais certas. É preconceituoso e falso, o facto de falarmos em animais perigosos ou potencialmente perigosos, bem sabemos que um animal que morda uma pessoa, a maioria das vezes o faz, porque esta antes lhe deu um pontapé. Desta forma podia-se ter optado apenas na sua redação, sensibilizando para a importância do cumprimento da lei, quando se passeia os cães recolhidos no CROAC.

Por último, apenas uma palavra de reconhecimento e de agradecimento aos voluntários da causa animal desta cidade que, durante anos e anos que se propuseram ao Estado e foram pioneiros na preocupação com a saúde e bem-estar animal.

Maria João Palma (PS) – Manifestamos e reconhecemos o esforço e sensibilidade em concreto em prol do CROAC e do sistema encabeçado pela senhora Vereadora Carla Guerreiro. Faço minhas as palavras da senhora deputada Suzel do PAN, é um prazer trabalhar com esta Vereadora e ver o esforço que ela faz em sede de comissão, para que o bem-estar animal e ambiental seja tida em consideração.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

13. Deliberação n.º 365/20 – Proposta n.º 86/2020 – DAF/DICOR – Empréstimo de Médio/Longo Prazo - Investimentos Municipais 2020 - Aprovação de Minuta

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 4 votos a favor da CDU, 1 abstenção do BE e 3 votos contra, 2 do PS e 1 do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Manuel Fernandes (PS) – Então vamos à casa arrumada! Estava toda desarrumada em 2000, mas agora está arrumada. Falamos aqui num valor simbólico de 59 mil euros, referente à requalificação do espaço público da Rua Raul Brandão, reabilitação da rede de água da Rua Nova Jardim de 74 mil euros, impermeabilização de coberturas, tratamento de estendais dos edifícios do Bairro Quinta do Freixo no valor de 49 mil euros.

Senhor Vice-Presidente, quando se fala em casa arrumada, isto é trabalho corrente, trabalho corrente conta-corrente, isto são opções de gestão.

Vossa Excelência vai buscar 266 mil euros para reforçar o Ano Novo, o Natal e os Reis e para fazer este tipo de obras vai fazer um empréstimo de 2 milhões e meio de euros?

Isso é conta corrente senhor Vice-Presidente! Isto chama-se gerir!

Se a sua gestão tem estas opções políticas, eu já nem sei o que é Capitalismo, já não sei o que é Socialismo, mas isto alguma coisa terá que ser!

Uma coisa é de certeza, é má gestão senhor Vice-Presidente, isso chama-se má gestão, casa arrumada é que não é, de certeza absoluta.

Estamos a falar de uma coisa que é consumida agora, mas é paga daqui por 80 meses, quem vier atrás que feche a porta!

Chama-se a isto casa arrumada, senhor Vice-Presidente?

Encontravam-se ausentes da sala a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Celestina Neves (AC) e o Deputado Municipal João Fidalgo do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor da CDU, 13 votos contra, 8 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, e 3 abstenções, 2 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

14. Deliberação n.º 380/20 – Proposta n.º 38/2020 – DOM/DIHAB – Regulamento do Conselho Municipal de Habitação

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por maioria, com 6 votos a favor, 4 da CDU, 1 do PPD/PSD e 1 do PAN, e 2 abstenções do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Manuel Fernandes (PS) – O Regulamento Municipal de Habitação é algo que o Partido Socialista já há muito tempo estava a reivindicar. Chamar a atenção para um pormenor, o Regulamento Municipal de Habitação traz algumas alíneas muito interessantes e muito importantes, isto é praticamente um documento tipo em todo o lado, não difere muito de outros municípios que já o têm. Quando se diz que o Conselho Municipal se deve pronunciar sobre quaisquer assuntos relacionados com política municipal de habitação, obviamente faz todo o sentido e tem que ser emitido um parecer que não é vinculativo, este parecer deveria ser atempadamente acolhido pelo Executivo antes da estratégia local de habitação.

É fora de tempo quando se apresenta um regulamento e quando se tenta criar um conselho municipal, se a principal política de habitação do município já foi apresentada. Isto é completamente fora de tempo, é extemporâneo, muito embora nós acompanhemos a proposta, porque ele faz falta, ele já devia estar implementada há mais tempo. Deveria ter sido utilizado estes pareceres e estes especialistas nesta matéria, quando atempadamente deveria se preparar a estratégia local de habitação.

Há três meses atrás, apreciámos e votámos a Estratégia Local de Habitação, três meses depois aparece um regulamento para se criar uma entidade que se pronuncia acerca da política municipal de habitação.

Vem tarde e a más horas, mas nós acompanhamos!

Presidente da Mesa – Espero que esta sessão neste novo espaço não tenha sido má de todo, nos tempos que correm, temos todos de fazer sacrifícios e este não é dos piores, não são as melhores condições, mas também não é das piores. Senhoras e senhores deputados umas boas festas, o melhor possível, cuidem-se e ajudem a cuidar dos outros. Até para o ano, se não for antes.

Regressou à sala o Deputado Municipal João Fidalgo do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, e 4 abstenções do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram dezanove horas e cinquenta minutos do dia onze de dezembro, de dois mil e vinte.

O Presidente da Mesa

André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa

Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária da Mesa

Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa